UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (MESTRADO)

CASSIÊ KACZUK REFOSCO MENEGAS

MULHERES CAMPONESAS, AGROECOLOGIA E COTIDIANO: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR SOB O ASPECTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

LARANJEIRAS DO SUL
2021

CASSIÊ KACZUK REFOSCO MENEGAS

MULHERES CAMPONESAS, AGROECOLOGIA E COTIDIANO: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR SOB O ASPECTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Profa. Dra. Liria Ângela Andrioli

Coorientadora: Profa. Dra. Rosângela Angelin

LARANJEIRAS DO SUL

2021

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Menegas, Cassiê Kaczuk Refosco
MULHERES CAMPONESAS, AGROECOLOGIA E COTIDIANO: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO DE LARANJEIRAS DO SUL/PR SOB O ASPECTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL / Cassiê Kaczuk Refosco Menegas. -- 2021.
99 f.:il.

Orientadora: DOUTORA Liria Ângela Andrioli
Co-orientadora: DOUTORA Rosângela Angelin
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Laranjeiras do Sul, PR, 2021.

1. Agroecologia. Cotidiano. Desenvolvimento rural sustentável. Mulheres camponesas.. I. Andrioli, Liria Ângela, orient. II. Angelin, Rosângela, co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

CASSIÊ KACZUK REFOSCO MENEGAS

MULHERES CAMPONESAS, AGROECOLOGIA E COTIDIANO: UM ESTUDO DE CASO DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO DE LARANJEIRAS DO SUL-PR SOB O ASPECTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 12/08/2021.

BANCA EXAMINADORA

Liria A. Andrioli

Prof.ª Dra. Liria Angela Andrioli – UFFS
Presidente/Orientadora

Liria A. Andrioli

Prof. ª Dra. Rosângela Angelin – URI
Coorientadora

Liria A. Andrioli

Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti – UFFS
1º Membro

Liria A. Andrioli

Prof.ª Dra. Claudete Beise Ulrich – Faculdade Unida
2º Membro

[1]*"Em função da Pandemia do Coronavírus e as medidas de afastamento tomadas pela UFFS, esta Ata foi assinada pelo Presidente da Banca, como representante dos demais membros."*

AGRADECIMENTOS

Quando ingressei no mestrado, já pensava nos agradecimentos. Um sonho estava se realizando e não era só meu. Olhando para trás, percebo que só cheguei neste momento, de agradecer a conclusão da dissertação, porque não estava sozinha. A escrita é um processo solitário, mas o caminho não foi percorrido de forma solo.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus. Ao Espírito Santo, que literalmente falou comigo, proporcionou minha primeira experiência com Ele e que está relacionada ao mestrado. Me guiou, fortaleceu, amparou e concedeu sabedoria para realizar este estudo. Sem Ele, nada disso seria possível.

Agradeço também aos meus pais! Um dos meus sonhos sempre foi, de alguma forma, dar orgulho a eles. Mãe Soninha e pai Beto, a vocês, que nunca mediram esforços para que eu estudasse, que me ensinaram desde pequena a ter o hábito da leitura, sempre me incentivam a estudar e a persistir nos meus objetivos, obrigada por todo amor, apoio, força, conselhos, colo e alicerce.

Sou grata ao meu esposo Tiago, que me vê com os melhores olhos possíveis. Desde o início, me apoiou, acreditou em mim quando eu não acreditava mais, ofereceu todo amparo e estímulo e não me deixou desistir. Tem esperança em mim e declara conquistas para a minha vida acadêmica e profissional, que recebo com muito amor.

Às minhas irmãs Bruna, Eduarda e Gabriela agradeço por sempre estarem ao meu lado me apoiando.

Agradeço à orientadora Profa. Dra. Liria, minha inspiração e suporte, pelos tantos ensinamentos compartilhados, incentivos e conversas. Tenho imensa gratidão por tudo o que fizestes por mim, pelas contribuições que tanto me engrandeceram, pelo apoio constante e tranquilidade oferecidos.

Às Profas. Dras. Rosângela Angelin e Claudete Beise Ulrich e ao Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti agradeço pelas contribuições e reflexões críticas possibilitadas à pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Laranjeiras do Sul, sou grata pela

oportunidade e acolhida.

Mulheres do Assentamento Oito de Junho: obrigada pelas vivências e aprendizagem!

Meus colegas de trabalho da Agência do Trabalhador, em especial Adriane (mini), obrigada por toda ajuda e apoio.

Também agradeço às minhas meninas, Cacau e Shelby, companhia constante durante a escrita, calmaria e aconchego, e ao meu amigo Lupi pelas recepções calorosas e apoio durante as orientações.

A cada um e a cada uma que esteve comigo nessa caminhada, muito obrigada! É um privilégio e uma bênção ter vocês na minha vida. Vocês são os pilares que tornaram essa conquista possível.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de compreender os reflexos e os desafios da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável no cotidiano das mulheres camponesas do Assentamento Oito de Junho, localizado no município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná. O método utilizado foi a pesquisa qualitativa, com a realização de seis entrevistas semiestruturadas. O trabalho também se configura como um estudo de caso e tem a etnografia e o diário de campo como elementos centrais no desenvolvimento da pesquisa. No primeiro capítulo, aprofundamos os conceitos de cotidiano, os modos de vida, os reflexos do patriarcado no campo e a constituição de identidades femininas camponesas; no segundo capítulo, abordamos os fundamentos teóricos e políticos da agroecologia, do desenvolvimento rural sustentável, dos ecofeminismos e do cuidado na relação com o meio ambiente natural,; e, no terceiro e último capítulo, trazemos para o estudo a concepção de movimentos sociais e de reforma agrária, bem como situamos o contexto histórico, social e organizacional do Assentamento Oito de Junho. Por fim, a pesquisa converge teoria e prática evidenciando a relação entre a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável no cotidiano e nos modos de vida das mulheres camponesas.

Palavras-chave: Agroecologia. Cotidiano. Desenvolvimento rural sustentável. Mulheres camponesas.

ABSTRACT

The present work has the goal to comprehend the reflections and challenges of agroecology and sustainable rural development on peasant women everyday life from Assentamento Oito de Junho, located in Laranjeiras do Sul county, state of Paraná. The used method was qualitative research, with the execution of six semi-structured interviews. The work also configures itself as a case report and has the ethnography and the camp journal as core elements at research's development. At first chapter, we deepened the daily concepts, way of life, reflections of rural patriarchy and the constitution of female peasant's identities; at second chapter, we approached theoretical foundations and politicians of agroecology , of sustainable rural development, of ecofeminism and the caring in relation to the natural environment; and, at third and last chapter, we bring to research the conception of social movements and agrarian reform, just as we have situated the historical context, social and organizational from Assentamento Oito de Junho. Finally, the research converges theory and practice highlighting the relation between agroecology and sustainable rural development on peasant women's everyday life and ways of life.

Key words: Agroecology. Everyday life. Sustainable rural development. Peasant women.

LISTA DE SIGLAS

Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cooperjunho	Cooperativa Agroindustrial Oito de Junho
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Masten	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná
Mastes	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
Mastro	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PPGADR	Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 COTIDIANO, MODOS DE VIDA E IDENTIDADES FEMININAS CAMPONESAS.. 15
2.1 APONTAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DO COTIDIANO E DOS MODOS DE VIDA NO CAMPESINATO 15
2.2 REFLEXOS DO PATRIARCADO CAPITALISTA NO CAMPO: BREVES CONSIDERAÇÕES 22
2.3 IDENTIDADES FEMININAS CAMPONESAS 25
3 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM OLHAR A PARTIR DA AGROECOLOGIA E DOS ECOFEMINISMOS 30
3.1 APORTES TEÓRICOS DA AGROECOLOGIA 30
3.2 REFLEXÕES ACERCA DOS ECOFEMINISMOS E A PERSPECTIVA DO CUIDADO 37
3.3 COMPREENSÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL 43
4 REFLEXOS DA AGROECOLOGIA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO COTIDIANO DAS MULHERES CAMPONESAS: A EXPERIÊNCIA DE SABER DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO 49
4.1 COMPREENDENDO O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REFORMA AGRÁRIA 49
4.2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO MST E DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO 57
4.2.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL E NO PARANÁ 57
4.2.2 O ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO E ENTREVISTAS COM AS MULHERES CAMPONESAS 61
4.3 REFLEXOS E DESAFIOS DA CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS PARA A AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL 64
4.3.1 MULHERES CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO — HISTÓRICO E COTIDIANO DE VIDA 65
4.3.2 AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL 74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 80
REFERÊNCIAS 84
APÊNDICE A — PERGUNTAS ORIENTADORAS DAS ENTREVISTAS 92
APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 94
APÊNDICE C — FOTOS DAS ENTREVISTAS E RETRATOS DO COTIDIANO 96

1 INTRODUÇÃO

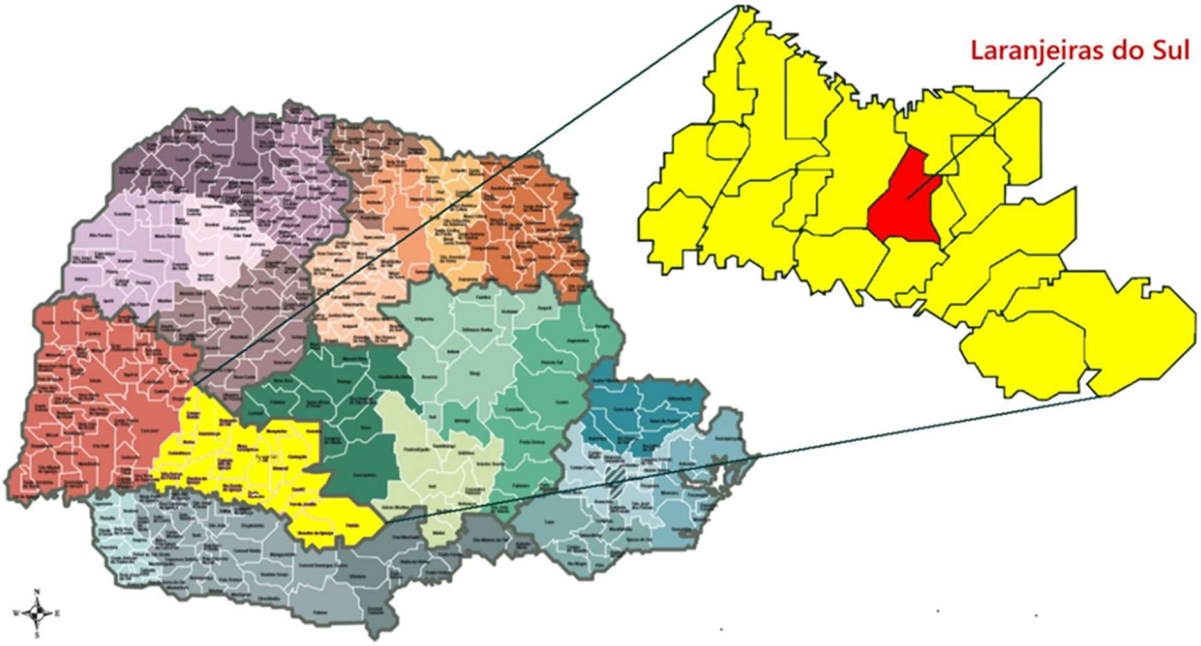
As relações de gênero são construídas em nossa sociedade de forma social e cultural. Com isso, pode-se dizer que as relações desiguais entre homens e mulheres não são simplesmente naturais ou, então, que fazem parte da natureza feminina. Percebe-se que essa naturalização está presa aos corpos, às tarefas domésticas e às funções reprodutoras, e que, nesse viés, a perspectiva de cidadania e autonomia permanece velada. Há de se considerar, contudo, que em um momento de crise da humanidade e, em especial, na luta contra o capital e o agronegócio no campo, é preciso reinventar a luta das mulheres camponesas[1] (sujeitos desta pesquisa) trazendo para a pauta novos jeitos de plantar e de semear, tendo a agroecologia como expressão de vida e o cuidado com o meio ambiente natural e a sustentabilidade como centrais no debate societário.

Essa reinvenção valoriza a relação das mulheres no cuidado com a vida e com a terra, sem necessariamente dizer que isso faz parte da essência feminina. A sua relação com o meio ambiente natural assume um novo patamar, em que a terra representa um lugar de vida e não de agronegócio. Nesse contexto, é necessário aliar o conhecimento popular ao conhecimento científico. Isso significa reconhecer que as mulheres têm conhecimentos e cuidados com a terra e com o lugar onde moram, que propagam esses ensinamentos de geração em geração, buscando, assim, a maneira menos agressiva de cuidado com o espaço de onde brota a vida que alimenta a sua família.

O foco deste estudo são as mulheres do Assentamento Oito de Junho, localizado no município de Laranjeiras do Sul, na região Centro Sul do Paraná, como pode ser visualizado a seguir. A escolha do município de Laranjeiras do Sul se deu pela relação pessoal desta pesquisadora com o local e o território, berço de suas origens e relações sociais e culturais.

Figura 1 — Localização de Laranjeiras do Sul/PR

[1] O sentido do termo “camponesas” e “agricultoras” utilizado neste estudo é o mesmo.



Fonte: FÓRUM MPE (2021)

O município de Laranjeiras do Sul/PR tem sua base econômica na agricultura, contexto em que são muito presentes e relevantes os movimentos sociais, de modo especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Diante desse cenário e dos eixos que regulamentam o Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR), a seleção pelas mulheres do Assentamento Oito de Junho se deu pelo fato de que as mulheres que ali residem constituem um grupo forte, unido, atuante e organizado nas questões relacionadas a movimento social, resistência, agroecologia e desenvolvimento sustentável. A escolha das cinco mulheres que integram esta pesquisa ocorreu pela proximidade da autora com essas agricultoras, bem como pelo fato de que todas são produtoras de alimentos orgânicos, atuantes na comunidade, adeptas da agroecologia, integrantes do MST e detentoras de muito conhecimento popular e experiência de vida.

Assim, a pesquisa desta dissertação tem sua gênese a partir do interesse pessoal desta pesquisadora em aprender e conhecer sobre as mulheres camponesas e sobre a relação delas com a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável. Tal inquietação em saber mais sobre elas teve uma motivação particular durante a realização da disciplina de Dinâmicas Socioambientais na Perspectiva dos Estudos de Gênero, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Laranjeiras do

Sul/PR, cursada no semestre anterior ao ingresso no mestrado. No período de realização da respectiva disciplina, surgiu o desejo de conhecer, na prática, os conceitos e fundamentos debatidos em sala de aula sobre a relação das mulheres camponesas com a agroecologia e o desenvolvimento sustentável.

É preciso mencionar que a realização desta pesquisa aconteceu durante a pandemia de covid- 19 e foi afetada de forma direta pelo isolamento social e pela quarentena. Por esse motivo, não foi possível aprofundar os estudos sobre a Cooperativa Agroindustrial Oito de Junho (Cooperjunho).

Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo compreender os reflexos e os desafios da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável no cotidiano de vida das mulheres camponesas. Aproximar a terra e a vida é falar da constituição das identidades das mulheres camponesas, trazendo seu cotidiano e modos de vida, tendo como alicerce a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável.

É válido destacar que, no sistema de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), apresentam-se poucas dissertações que tratam dessa temática. Algumas delas discutem sobre o trabalho das mulheres, as trajetórias de lutas e acesso a direitos e sobre o Movimento de Mulheres Camponesas.[2] Nota-se que, de maneira indireta, todas essas discussões perpassam pelo cotidiano e se relacionam com as identidades, mas nenhuma delas desenvolve a pesquisa em torno desses conceitos que estão intimamente ligados aos modos de vida das mulheres.

A abordagem desta dissertação procura estudar o cotidiano das mulheres camponesas do Assentamento Oito de Junho de Laranjeiras do Sul/PR e, a partir dessas reflexões, relacionar com as práticas agroecológicas e o desenvolvimento rural sustentável. Compreende-se que, a partir da análise do modo de vida das mulheres,

---

[2] Para fins de ilustração, citamos os trabalhos: FRANCO, Renata Brasileiro. **O trabalho das mulheres camponesas e a desigualdade de gênero nos faxinais Marmeleiro de Baixo e Linha Paraná Anta Gorda, nos municípios de Rebouças e Prudentópolis/PR**. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) — Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.; CONTE Isaura Isabel. **Mulheres camponesas em luta**: resistência, libertação e empoderamento. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) — Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Ijuí. 2011.; SILVA, Isabela Costa da. **Movimento de mulheres camponesas na trajetória feminista brasileira**: uma experiência de luta por direitos e liberdade. 2013. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) —Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2013.; BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas**: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas. 2012. 253 f. Tese. (Doutorado em Sociologia Política) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2012.

da manifestação de suas identidades e do elo de pertencimento ao ambiente natural, é possível conceber uma ligação com os demais temas que envolvem as vivências das mulheres e as empoderam enquanto protagonistas das suas histórias.

Sendo assim, a hipótese estruturada consiste na afirmação de que a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável fazem parte dos modos de vida das mulheres camponesas aqui estudadas. Seus reflexos estão em todas as ações cotidianas e elas se fortalecem com as experiências.

A pesquisa é de natureza teórica e empírica, com tratamento qualitativo dos dados, pois "compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social". (NEVES, 1996, p. 01).

Foram realizadas seis entrevistas semiestruturadas com cinco mulheres e um homem do Assentamento 8 de Junho de Laranjeiras do Sul/PR[3]. A participação de um homem justifica-se pelo fato de que ele é esposo de uma das entrevistadas e estava presente durante a realização da entrevista. Sua fala pertinente vem ao encontro das discussões aqui apresentadas, por isso, foi inserida na pesquisa. Esta pesquisa teve a intenção de estabelecer uma relação de proximidade com as/o entrevistadas/o para não caracterizar somente uma coleta de dados que exprime resultados. Por isso, concordamos com Minayo (1999, p. 114, grifos da autora), ao inferir que "a *entrevista* não é simplesmente um trabalho e coleta de dados, mas sempre uma *situação de interação* na qual as informações dadas pelos sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador".

De igual forma, se utiliza da etnografia e do diário de campo, em que há a observação da realidade em si e a descrição das representações de cultura que estão imbricadas nos sujeitos pesquisados. "Os objectivos do etnógrafo são os de apreender os significados que os membros da cultura têm como dados adquiridos e, posteriormente, apresentar o novo significado às pessoas exteriores à cultura". (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 59).

A pesquisa também se configurou como um estudo de caso, em que aprofundamos uma experiência peculiar de um grupo, de uma comunidade.

---

[3] Utilizaremos as denominações de Entrevistada/o, seguida pela numeração de 1 a 6. Assim, preservamos o anonimato das pessoas.

Nesse viés, no primeiro capítulo, buscamos compreender os conceitos de cotidiano, de modos de vida camponesa e de identidades femininas e refletimos sobre a relação do patriarcado no campo e seus reflexos nas relações sociais e culturais.

O segundo capítulo desenvolve teoricamente aspectos fundamentais da agroecologia como um instrumento do desenvolvimento rural sustentável, buscando vislumbrar como as mulheres camponesas se relacionam com o meio ambiente natural e sua relação com o cuidado e com os ecofeminismos.

O terceiro capítulo traz a perspectiva dos movimentos sociais e da reforma agrária e aprofunda a pesquisa empírica observando os reflexos e os desafios da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável no cotidiano de vida das mulheres camponesas, a partir de um estudo de caso do Assentamento Oito de Junho, de Laranjeiras do Sul/PR.

2 COTIDIANO, MODOS DE VIDA E IDENTIDADES FEMININAS CAMPONESAS

Neste primeiro capítulo, procura-se aprofundar os conceitos de cotidiano e de modos de vida camponesa. Na sequência, refletimos sobre a relação do patriarcado no campo e, por fim, trabalhamos com os conceitos de identidades femininas e seus reflexos na cultura, na educação e na família.

2.1 APONTAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DO COTIDIANO E DOS MODOS DE VIDA NO CAMPESINATO

Pensar ou falar sobre o cotidiano nos remete automaticamente ao que entendemos, e compreendemos ao longo do tempo, por meio do senso comum, como rotina, vivência do dia a dia. “Pois o próprio nome sugere que o cotidiano, palavra que vem do latim *cotidie* ou *cotidianus*, significa todos os dias, o diário, o dia a dia, o comum, o habitual”. (GUIMARÃES, 2002, p.11, grifos da autora). Agnes Heller (2014, p. 31) salienta que não é possível se distanciar da cotidianidade, pois ela faz parte da vida.

> Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de poder desligar-se inteiramente da cotidianidade.

Por mais que seja vivido no coletivo das relações familiares e sociais o cotidiano é inerente a cada indivíduo. O que se passa todos os dias revela mais do que apenas a repetição de tarefas, de costumes e de hábitos.

> A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. (HELLER, 2014, p. 31, grifos da autora).

A imensidade de detalhes que revelam a personalidade e as identidades de cada sujeito no acontecer do cotidiano, por vezes, passa despercebida. Percebe-se, assim, o cotidiano como sendo a repetição de alguns hábitos que se desenrolaram na rotina, em que, muitas vezes, não enxergamos além do que está posto e fazemos

praticamente de maneira automática. A vida cotidiana, entretanto, é desigual, está imbricada em relações de poder e inclina-se para a alienação. Por isso, é possível vivenciar a cotidianidade em sua plenitude, sem ao menos vislumbrar perspectivas de mudança.

Heller (2014, p. 32) nos auxilia nessa reflexão ao discorrer sobre a constituição da vida cotidiana. De acordo com a autora, “São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação”. São ações que todo ser humano desenvolve, mas sem se ater que, ao praticá-las, revela as suas características subjetivas.

> A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, *simultaneamente, ser particular e ser genérico*. Considerado em sentido naturalista, isso não o distingue de nenhum outro ser vivo. Mas, no caso do homem, a particularidade expressa não apenas seu ser “isolado”, mas também seu ser “individual”. Basta uma folha de árvore para lermos nela as propriedades essenciais de todas as folhas pertencentes ao mesmo gênero; mas um homem não pode jamais representar ou expressar a essência da humanidade. (HELLER, 2014, p. 34 e 35, grifos da autora).

A reflexão propiciada por Heller (2014) revela que o sujeito tem sua origem na cotidianidade e o “Eu” necessita apropriar-se de hábitos, de atitudes e de costumes da sociedade. As particularidades fazem parte desse “Eu” que tem motivações e anseios e que satisfazem a subjetividade. Já o ser genérico amplia para a perspectiva do coletivo, ou então, “Nós”. Tomando-se por base que o cotidiano é a vivência em si de cada indivíduo, mas em construção com o coletivo, por meio de ações e de atos praticados, percebemos que analisar e refletir sobre o cotidiano demonstra que as identidades não são estáticas, mas sim, dinâmicas e em constante construção com o meio em que vivemos e com quem convivemos. O sujeito é histórico e, desse modo, na vida cotidiana se constitui como ser humano. “Ter presente o cotidiano é penetrar na análise crítica da própria história, objetivando a sua avaliação e consequente transformação. A trama miúda da vida cotidiana revela o tecido social”. (ULRICH, 2006, p. 125). É a partir do e no cotidiano que se dão as mudanças históricas. É no cotidiano da existência que a história acontece, ou seja:

> É nas interseções do cotidiano que se diluem e se transformam conceitos binários e dualistas, tendo-se uma visão mais integral do ser humano. E, desta forma, acontecem trocas de saberes, de fazeres, de experiências, de poderes de vida em toda a sua materialidade. (ULRICH, 2006, p. 123).

São nessas trocas, como bem descreve Ulrich (2006), que as identidades vão sendo construídas no contato com o outro. “A identidade é, assim, marcada pela diferença.” (WOODWARD, 2008, p. 9). Cotidiano e identidades se complementam porque refletem, no mundo exterior, as questões contidas no interior de cada ser. Ao passo que entendemos que, muitas vezes, o cotidiano assume padrões de repetições automáticas relacionadas aos costumes, a constante construção das identidades permite ressignificar conceitos, valores e padrões. “O indivíduo é moldado diante da diferença, num processo de aproximação e distanciamento, por isso não é possível crer em identidades estáveis e consolidadas, fechadas”. (SOUZA, 2014, p. 94).

O cotidiano é o palco central da vida que não permite ensaios e nem escala de atores. Cada indivíduo é protagonista de seu próprio enredo, em que há encontros e desencontros de personagens com quem convivemos e, assim, vamos escrevendo nossa história. Nesse cenário, cada dia, cada situação, cada aprendizado e erro são pedaços de uma trama que vamos costurando uma a uma e fazendo dela a colcha de retalhos da vida.

> O cotidiano se baseia numa escala de valores que lhe dão uma hierarquia, pois não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, nem escolhermos tudo. É necessário, selecionar e as escolhas acabam por determinar uma hierarquia de valores e por consequência de ações. (GUIMARÃES, 2002, p. 13).

Guimarães (2002) enfatiza que, mesmo de forma inconsciente, ao realizarmos ações no cotidiano, fazemos escolhas em que priorizamos e atribuímos valores. Isto é, nossos atos são premeditados na medida da importância que eles têm na realização de algo ou do grau de significação da nossa vida. Em virtude disso, Guimarães (2002, p. 15) destaca que:

> A entonação é aquele jeitinho dado por cada um, é o tom deixado pela pessoa, ou melhor, é a marca da pessoa. [...] Assim, as pessoas podem fazer as mesmas coisas, podem até imitar, clonar, dublar, mas não será a mesma coisa, pois tem a marca registrada de quem o fez, e que somente poderia ter sido feito daquela maneira por aquela pessoa. É a irrepetibilidade da singularidade de cada um.

Dessa forma, ao solicitar que uma mesma atividade seja realizada por diferentes sujeitos, cada um a desempenhará à sua maneira, terá uma reação única, singular e deixará, de maneira direta ou indireta, sua percepção de mundo e suas

identidades como marcas.

Nessa perspectiva de cotidiano e de identidades, é válido salientar a questão de gênero, pois as identidades femininas são um dos pontos centrais desta pesquisa e são resultantes de uma construção histórica, fruto de questões sociais.

> Na história, ser mulher ou ser homem é a base da construção de nossa identidade. Falar de Gênero significa superar a afirmação universalista abstrata em relação ao ser humano e afirmar identidades concretas em relação entre elas. O que vivemos e o que não podemos viver, como agimos e como não podemos agir está condicionado por nossa situação de gênero. Nosso gênero é nossa identidade e nosso limite. Nosso gênero é nossa possibilidade social, é nossa história, nossa cultura e nossa esperança de mudança. (GEBARA, 2010, p. 18).

Nesse sentido, ao abordar o conceito de gênero, mesmo que de maneira breve, é fundamental ter presente que ele procura explicar a relação entre homens e mulheres como uma construção social e cultural. Esse conceito afirma-se como uma categoria de análise social, histórica e relacional. Nesse viés, de acordo com Scott (1995, p. 75), gênero "é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro".

Por isso, ao falarmos em identidades, principalmente sobre as identidades femininas, é necessário refletir sobre os papéis construídos socialmente. "Os papeis sociais se definem (e são definidos) a partir das relações de gênero, redesenhando os perfis de homens e mulheres, outrora esculpidos somente pela sociedade patriarcal". (GIERUS, 2006, p. 28). Não há como negar que as diferenças de gênero, masculino e feminino, refletem na questão do cotidiano. As funções que cada gênero desempenha na sociedade estão diretamente ligadas à subjetividade de cada um e, como consequência, às identidades.

> [...] Gênero não é o sexo genital, mas o conjunto de atribuições simbólicas dadas ao sexo das pessoas. Estas atribuições são aprendidas, ensinadas e transmitidas culturalmente de geração em geração. A noção de Gênero nos leva para além do sexo. Não nos fecha no sexo como condicionante absoluto, mas mostra que a partir da biologia fizemos cultura, e cultura sexista. E, se fizemos esta cultura que de certa forma nos excluiu, podemos firme e lentamente refazê-la. (GEBARA, 2010, p. 18).

Ao tratar a categoria gênero, percebe-se que o cotidiano possui relação direta com a história das mulheres. "No cotidiano, as pessoas vivem suas relações umas

com as outras, acumulam experiências de vida, crescem enquanto individualidades". (GIERUS, 2006, p. 28). Assim, o cotidiano também se vislumbra a partir de uma reinvenção de lutas para a sobrevivência no campo, para a obtenção da água, da comida e de um sentido para a vida. "O cotidiano são nossas histórias pessoais, nossos sentimentos diante dos acontecimentos, nossas reações diante do noticiário da rádio ou da televisão, ou ainda nossas reações perante os múltiplos problemas da atualidade". (GEBARA, 2000. p. 121).

A amplitude do cotidiano e a sua relação especial com as mulheres está no fato de que é no cotidiano que ocorrem as trocas de experiências e saberes, assim sendo, acontecem as construções sociais que influenciam os indivíduos nos seus modos de ser e agir.

> A imitação pode ser considerada como a primeira ação do cotidiano, pois antes de os sujeitos terem consciência, obedecem a regras e normas, etc., existe o comportamento que se constitui por imitações e que se faz presente a partir dos primeiros anos de vida das pessoas. [...] A imitação constitui-se numa objetivação em si, porque, a partir da imitação de um comportamento ou pensamento, passo a me apropriar de algo ou de alguma coisa. Esta característica pode permanecer presente durante toda a vida das pessoas, pois é um comportamento, que muitas vezes é reforçado socialmente. [...] Essa característica traz aos sujeitos uma sensação de pertencimento e aceitação daqueles grupos com os quais ele se relaciona ou imita. (GUIMARÃES, 2002, p. 16).

O desafio posto é ampliar o olhar acerca da própria cotidianidade, reconhecendo o ser particular e o ser genérico. Há de considerar, contudo, que a sociedade possui normas, costumes e hábitos que moldam jeitos de ser e de agir. Diante disso, Heller (2014) salienta que, mesmo assim, há alternativas que não necessariamente precisam estar presas às regras ou aos comportamentos condicionados. De acordo com a autora:

> A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas. Essas escolhas podem ser inteiramente indiferentes do ponto de vista moral (por exemplo, a escolha entre tomar um ônibus cheio ou esperar o próximo); mas também podem estar moralmente motivadas (por exemplo, ceder ou não o lugar para uma mulher de idade). Quanto maior a importância da moralidade, do compromisso pessoal, da individualidade e do risco (que vão sempre juntos) na decisão acerca de uma alternativa dada, tanto mais facilmente essa decisão eleva-se acima da cotidianidade e tanto menos se pode falar de uma decisão cotidiana. Quanto mais intensa é a motivação do homem pela moral, isto é, pelo humano-genérico, tanto mais facilmente sua particularidade se elevará (através da moral) à esfera da genericidade. Nesse ponto, termina a muda coexistência de particularidade e genericidade. (2014, p. 24).

É necessário, entretanto, não anular a cotidianidade, já que os comportamentos e o pensamento cotidiano estabelecem uma conexão importante. O problema se acentua quando isso se reduz em pensamentos imutáveis e absolutos que levam à alienação.

> Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano-genérico e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos humanos, entre a produção humano-genérica e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Esse abismo não teve a mesma profundidade em todas as épocas nem para todas as camadas sociais [...]. (HELLER, 2014, p. 38).

A questão instigante é reinventar o cotidiano e os modos de vida para que o sujeito particular e genérico caminhe na perspectiva de uma individualidade que transforme os seus modos de vida e os do coletivo. Um exemplo de como isso poderia ocorrer seria por meio das práticas agroecológicas construídas pela alteridade de grupo das mulheres, o foco dessa pesquisa.

Ao analisar o perfil da mulher camponesa, sua relação de pertencimento e identidades que correspondem com seu modo de vida, é necessário entender o conceito de campesinato. Nesse aspecto, Gerardi e Salamoni (2014, p.176 e 177), ao analisarem a contribuição de Chayanov com relação ao campesinato, resumem ao conceito de que:

> [...] A família se configura como unidade de produção e de consumo. [...] O camponês detém totalmente a posse dos meios de produção, ou grande parte deles. [...] O fundamental na economia camponesa não é a propriedade, mas sim posse da terra, que mediatiza a produção de sua subsistência. Enfim, são unidades familiares cujos objetivos de produção são fixados mais no sentido de aumentar suas possibilidades de consumo e elevar seu nível de subsistência do que valorizar o capital com vista à acumulação.

O campesinato se expressa como um modo de vida e também de classe. Ele existe dentro da sociedade capitalista e possui as marcas do cotidiano, por isso, compreende-se a terra como lugar de vida, das plantações, das semeaduras e das colheitas. De acordo com Shanin (2008, p. 34):

> [...] uma das características principais do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos.

> Somente após compreendermos que se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque, se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato.

Nessa mesma direção, também trazemos a definição de camponês que, de acordo com Moura (1988, p. 9), é aquele que "vive da terra e do que ela produz, plantando e colhendo alimentos [...] o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza [...] é um observador dos astros e dos elementos". Diante dessa definição, é possível relacionar e entender como a mulher camponesa se identifica com a natureza. "Percebe-se que há uma relação intrínseca das mulheres com a terra e, consequentemente, com a vida e o cuidado que devemos ter para preservá-la". (ANDRIOLI, 2016, p. 33).

O modo de vida camponês acontece em um ritmo diferente do modo de vida urbano, principalmente em relação à retomada e manutenção das tradições no dia a dia e ao relacionamento com a família e a comunidade. Conforme Görgen (2004, p.13) descreve, no modo de vida camponês, o relacionamento com a comunidade:

> [...] é um elemento central no modo de vida camponês[...]. Na comunidade há o espaço da festa, do jogo, da religiosidade, do esporte, da organização, da solução de conflitos, das expressões culturais, das datas significativas, do aprendizado comum, da troca de experiências, da expressão da diversidade, da política e da gestão do poder, da celebração da vida (aniversário) e da convivência com a morte (ritualidade de funerais).

Nesse aspecto, fica claro como a questão da identificação com o meio em que vivemos reflete na relação com as nossas identidades, com nossos hábitos e, em consequência, com o próprio modo de vida.

Se analisarmos os modos de vida da mulher da cidade e da mulher do campo, mesmo que de maneira superficial, veremos que ainda há muitos contrastes, principalmente no que diz respeito às condições econômicas. Aliado a isso, temos a impressão de que os valores, os costumes e as tradições são muito mais fortes e vivos no meio rural do que no meio urbano.

> A interação social entre uma tamanha variedade de tipos de personalidades num ambiente urbano tende a quebrar a rigidez das castas e a complicar a estrutura das classes e, portanto, induz a um arcabouço mais ramificado e diferenciado de estratificação social do que em sociedades mais integradas. (WIRTH, 1967, p. 103).

Na cidade, "(...) o tempo é movimento [...] e é sobre esse constante movimento

que são construídos referenciais, hábitos e costumes". (BAGLI, 2010, p. 83). No campo, "Hábitos e costumes seguem uma cadência diferenciada, na qual as transformações estão atreladas às possibilidades apresentadas pela natureza". (BAGLI, 2010, p. 83). Nessa perspectiva, percebemos que a vida acontece por meio da realização de atos e tarefas que comumente fazemos de forma repetida e adotamos como hábitos. Nesse agir, por vezes automático, não damos conta das infinitas possibilidades e transformações que atribuímos ao cotidiano.

Segundo Lefebvre (1999), campo e cidade possuem aspectos relacionais. Para este autor, a sociedade urbana ainda está em construção, significa uma virtualidade:

> O urbano (abreviação de "sociedade urbana") define-se portanto não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. (p. 26, grifos do autor).

Essa projeção de sociedade urbana, segundo Lefebvre (1999), implica na qualidade das relações humanas como um todo, incluindo o campo. Alcançar a utopia que remete à sociedade urbana significa melhorar a qualidade de vida em todos os aspectos. Analisando pelo aspecto da virtualidade de Lefebvre, pode-se dizer que a emancipação das mulheres também perpassa por isso, já que pressupõe uma conquista a ser alcançada. Dessa forma, começar a mudar as pequenas coisas, como nossos valores, comportamentos e atitudes em relação ao outro e à outra, contribuem significativamente para uma mudança de percepção dos modos de ver e de assimilar o mundo.

2.2 REFLEXOS DO PATRIARCADO CAPITALISTA NO CAMPO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Não há como negar que a sociedade ainda é preconceituosa e patriarcal. "Na sociedade capitalista patriarcal em que vivemos, a alienação e consequente submissão das mulheres vem sendo uma das formas utilizadas, por este modelo de sociedade, para manter-se em vigência". (NARVAES, *et al,* 2008, p. 90).

Ao analisarmos e refletirmos sobre as identidades femininas, é perceptível as marcas intrínsecas da opressão e da subjugação da mulher em relação ao homem,

pois “percebe-se que as identidades femininas foram construídas e reconhecidas a partir de uma inferiorização das mulheres”. (ANDRIOLI, 2016, p. 28). Nesse aspecto, o que se almeja “não é o reconhecimento de sua identidade, mas primeiramente, uma desconstrução dessa identidade e a construção e o reconhecimento respeitoso de uma nova identidade que não seja excludente e subjugada”. (ANDRIOLI; ANGELIN, 2012. p. 1.457).

Cabe salientar, entretanto, que “as relações humanas também são entrelaçadas por relações de poder, as quais foram constituídas histórica e culturalmente”. (ANDRIOLI, 2016, 27). Sendo assim, a construção das identidades femininas historicamente perpassou por relações de poder e pelo domínio do patriarcado.

> O processo de reconhecimento social do papel das mulheres [...] foi sendo alterado no decorrer da história, em especial pelo estabelecimento do patriarcado. A relação de parceria existente entre homens e mulheres em determinadas épocas e lugares transformou-se em uma relação de desigualdade e opressão. Chegou-se ao cúmulo, mais precisamente na Idade Média, de as mulheres, em especial as camponesas, vivenciarem uma tentativa de extermínio de saberes milenares, fruto de uma massiva campanha realizada pela Igreja, pelo próprio Estado e pela classe dominante, numa perseguição de caráter religioso, político e sexual. (MADERS; ANGELIN, 2010, p. 95).

O romper dessa dominação aconteceu ao longo do tempo e não se encontra acabado. É um processo vigente que precisa se firmar e ser reafirmado constantemente pelas mulheres na busca por espaço e vez nos diferentes cenários e papéis sociais da vida. “As mulheres foram estrategicamente encarregadas do trabalho doméstico, do cuidado da casa, das crianças, dos velhos e dos doentes, além de “servirem” ao marido”. (MADERS; ANGELIN, 2010, p. 95, grifos das autoras).

Nesse cenário, é fundamental a compreensão de que a cultura tem uma contribuição muito importante e condicionante na formação da identidade, na incorporação e na percepção dos papéis de cada gênero na sociedade.

> A cultura faz parte e “condiciona” a nossa existência desde o momento do nosso nascimento ou até mesmo antes dele. Se analisarmos as relações de gênero na sociedade, por exemplo, percebemos que há um esforço em construir dualismo entre o sexo feminino e o sexo masculino. É o caso das cores escolhidas por ocasião dos enxovais dos que, de acordo com as normas estabelecidas, vão revelar se o ser humano será mais dócil ou, então,

> mais agressivo. A cor azul, por exemplo, representa o céu, a liberdade e o homem, enquanto o rosa expressa a sensibilidade, a delicadeza e a mulher. A cultura desse modo, contribui significativamente para modelar posicionamentos e comportamentos sociais. (ANDRIOLI, 2016, p. 24; 25).

No campo, de modo peculiar, as mulheres também têm batalhado para ter espaço e voz. Na área rural, as relações patriarcais têm suas raízes firmes e profundas. As lutas das mulheres camponesas para romper com esse histórico de dominação masculina e serem donas de si e de suas escolhas é ainda maior, sendo que "[...] na concepção de mundo e na vida das mulheres [...] sua subjetividade feminina serviu como alvo de preconceitos". (ANDRIOLI, 2016, p. 28).

Historicamente, há uma cultura estabelecida na sociedade de que o campo é território masculino e bruto, "enquanto que somente os homens eram considerados seres pensantes, as mulheres eram identificadas pela sua beleza e sensibilidade". (ANDRIOLI, 2016, p. 28). Porém, as mulheres com sabedoria e cuidado, têm mostrado o contrário, que a atenção e o respeito com a natureza caminham de mãos dadas com a agroecologia.

Pensando nas mulheres e na crescente e atual discussão sobre a questão de gênero é preciso relacionar com a agroecologia. Já se tornou um jargão, mas, realmente, *sem feminismo não há agroecologia!* (grifos nossos). Refletindo sobre a agroecologia e o desenvolvimento sustentável percebemos que eles são construídos no dia a dia, aos poucos, e, na maioria das vezes, começam de maneira tímida. Conforme Altieri (1999), p. 29):

> O termo 'agroecologia' pode significar muitas coisas. Superficialmente definida, a agroecologia geralmente incorpora ideias ambientais e de sentimento social acerca da agricultura, focando não somente na produção, mas também a sustentabilidade ecológica dos sistemas de produção [...]. Mais estreitamente, agroecologia se refere ao estudo de fenômenos puramente ecológicos que ocorrem nos campos das culturas, tais como relação predador/predado, ou competição cultura/invasoras.

Com o avanço do capitalismo, a cobrança social de "ter", de produzir em quantidade, de adquirir e de expandir tem influenciado os modos de vida das famílias camponesas que estão em luta constante para se manterem firmes em tempos de dominação ideológica e cultural em favor do capital. Por isso, a cultura dominante também se dissemina e fortalece o sistema capitalista e patriarcal.

> A mesma cultura dominante que se propaga e se mantém através dos aparelhos ideológicos, como a Igreja, a família, a escola, etc., mantém o sistema patriarcal em que a mulher é submissa à figura masculina, mantendo-se alienada, pois não se dá conta de sua condição de opressão. [...] É por isso que ao olharmos para a situação das mulheres camponesas, iremos encontrá-las, na maioria das vezes, alienadas de sua própria realidade, tornando-se mulheres submissas. (NARVAES, *et al,* 2008, p. 90).

As mulheres camponesas que, com frequência, desconhecem sua força, estão oprimidas e escondidas sob um véu de alienação capitalista e patriarcal e são, na maioria das vezes, as guardiãs das tradições, dos valores culturais e históricos que, aos poucos, trazem à tona a afirmação do modo de vida saudável, orgânico, preocupado com a natureza, com a família e com o futuro.

> Os sistemas agroecológicos são profundamente enraizados na racionalidade ecológica da agricultura tradicional. Há muitos exemplos de sistemas agrícolas bem-sucedidos, caracterizados por sua grande diversidade de culturas e animais domesticados, pela manutenção e melhoria das condições do solo e por sua gestão da água e da biodiversidade — todas essas práticas baseadas no conhecimento tradicional. Esses sistemas agrícolas não só têm alimentado grande parte da população mundial em diferentes partes do mundo, particularmente nos países em desenvolvimento, como também oferecem muitas respostas possíveis para os desafios da produção e da conservação dos recursos naturais que afetam o meio rural. (ALTIERI, 2012, p. 17).

A agroecologia tem peculiar relação com as mulheres pela ligação com o cuidado, com o zelo pelo meio ambiente e com a promoção da saúde, tanto da natureza quanto dos familiares e comunidade, mas também é ideologia e luta contra o capital e o patriarcado.

2.3 IDENTIDADES FEMININAS CAMPONESAS

As identidades trazem em si muito mais do que apenas as respostas de quem somos. Identidade parece ser algo tão singular, mas, na verdade, é plural, pois “[...] identidades são formadas sempre com relação ao outro e ao grupo”. (SOUZA, 2014, p. 94).

Somos seres sociais e construímos nossa formação em conjunto com as experiências que vivenciamos, onde estamos e com quem nos relacionamos. A linguagem que falamos e o modo como vivemos estão correlatados com as nossas

identidades, pois reproduzimos na fala, no modo de agir e no nosso cotidiano as características pessoais, sociais, históricas, regionais e culturais das quais fazemos parte e nas quais estamos inseridos. Andrioli (2016, p. 22) esclarece que é fundamental “compreender o território, ou seja, o lugar que permite a constituição de uma identidade cultural já que a vida cotidiana possui raízes culturais e sociais que interferem diretamente na vida das pessoas”.

Falar sobre identidades significa também falar de representatividades, pois, ao assumirmos quem somos, também deixamos claro quem representamos, onde nos situamos e que lugar ocupamos na sociedade. “O processo de formação das identidades é discursivo, pois é no plano do discurso que as diferenças são estabelecidas e as posições sociais do sujeito são determinadas e assumidas”. (SOUZA, 2014, p. 97).

Ao termos consciência de que o meio no qual estamos incorporados reflete na nossa vida e influencia de forma direta e indireta o nosso modo de viver, entendemos que a questão do pertencimento é muito importante e relevante, pois “as identidades são formadas historicamente, contrapondo o argumento de que são construídas naturalmente”. (ANDRIOLI, 2016, p. 24). Sentir-se pertencente à família, à comunidade e ao grupo social ao qual temos contato direto permite ao indivíduo ter liberdade de ser quem é, de poder se expressar e, ainda assim, de ser e de sentir-se acolhido. Isso significa ser parte de um todo.

Diante desse entendimento, é preciso promover a reflexão que, ao tratar de identidades femininas camponesas, estamos também trazendo à luz da teoria um campo de debate sobre a consciência de classe, de mulheres que vivem de maneira “oposta a identidade latifundiária, bem como oposta à cultura dominante, mesmo estando, com elas, numa relação de coexistência”. (NARVAES, *et al*, 2008, p. 81).

Nesse aspecto, o esforço de trazer para a discussão a constituição das identidades das mulheres camponesas implica diretamente em seus modos de vida, seus aspectos econômicos e sociais. Por identidades camponesas se compreende aquela:

> [...]que se constrói na perspectiva de oposição e superação ao modelo de sociedade vigente, na direção da produção social de uma vida humanizada, na tentativa da construção de uma consciência que se refere especialmente a questões ambientais de gênero e econômicas. (NARVAES*, et al*, 2008, p. 82).

Não é apenas o fato de residir no campo, no meio rural, que faz da mulher camponesa diferente da mulher da “cidade”. A relação com a família, com a natureza, com o meio ambiente, com o trabalho, com os costumes, o apego e o respeito às tradições históricas e culturalmente construídas é que lhe conferem características de identidades diferentes.

De acordo com Andrioli (2016), “Assumir a vida significa relacionar-se com o outro e com a natureza em uma perspectiva de reciprocidade. De igual forma, reflete essa ligação da figura feminina com a terra e com a vida”. (p. 36).

Para a mulher, a vida em comunidade tem um significado mais amplo, pois está relacionada com a questão da identificação, do pertencimento e de relações sociais. Segundo Narvaes e colaboradores (2008, p.88), “[...] a comunidade pode ser entendida como sendo a célula da vida social camponesa, cujo núcleo é a família, onde se desenvolvem relações de produção, de sociabilidade, de parentesco e também econômicas”.

O lugar onde vivemos e construímos nossas relações sociais reflete no nosso cotidiano e no modo de vida e tem influência cultural sobre nossas identidades. De acordo com Andrioli (2016, p. 22), “os modos de vida representam o agir cotidiano e as concepções de mundo nos auxiliam na compreensão e no entendimento da realidade”.

Dessa maneira, assimilar as características do lugar onde vivemos e convivemos possibilita nossas percepções interiores a respeito das tradições e dos costumes, como também reflete no nosso agir. “A cultura estabelece, assim, uma relação com significado que damos às coisas que movem o nosso mundo, a nossa existência, e que nos tornam sujeitos de transformação social”. (ANDRIOLI, 2016, p. 23).

Como as identidades estão diretamente relacionadas à cultura, em especial as identidades femininas, e suas atribuições aos signos e significados, Kuper (2002, p. 288) esclarece que:

> Cultura aqui é essencialmente uma questão de ideias e valores, uma atitude mental coletiva. As ideias, valores, a cosmologia, a estética e os princípios morais são expressados por intermédio de símbolos e, portanto, — se o meio é a mensagem — cultura podia ser descrita como um sistema simbólico.

Para compreender a constituição das identidades femininas é imprescindível ter em mente que estas se constroem e reconstroem nas relações sociais. As ideias, valores e princípios morais como Kuper (2002) descreve, se manifestam na convivência, ao se relacionar com os outros.

Em uma perspectiva histórica, cultural e social, as identidades se ressignificam de acordo com as atribuições e significados na estruturação da vida e, por isso, possui aspectos relacionais que também se fortalecem na singularidade.

> A identidade é entendida como um processo contínuo de construção individual e também coletivo, de caráter processual, auto reflexivo e constituído a partir da definição de si mesmo e não como algo dado e estático. A identização supõe a capacidade de reflexão sobre si próprio, com significações e percepção de causalidade e pertencimento, capacidade de apropriação do que se produz no agir e no decidir o destino da ação, estabelecendo assim o reconhecimento da responsabilidade com o que se é. (FRANCO; GENTIL, 2007, p. 5).

O meio social exerce forte influência sobre quem somos e como agimos e é a partir da convivência e da identificação que atribuímos ao nosso cotidiano as concepções de mundo que julgamos certas ou erradas. “A cultura estabelece, assim, uma relação com significado que damos às coisas que movem nosso mundo, a nossa existência, e que nos tornam sujeitos de transformação social”. (ANDRIOLI, 2016, p. 23).

As relações da natureza com as manifestações das identidades femininas se aproximam pelo nível de semelhança, pois, ao descrever uma, podemos relacionar com a outra. "A terra como fonte de alimento, de proteção, de poder, de resistência e de mistério aparece assim representada em forma feminina por causa de uma certa semelhança entre os ciclos da terra e sua fertilidade e os ciclos femininos”. (GEBARA, 2010, p. 44).

As mulheres camponesas que têm contato diário com a terra sentem mais essa ligação do feminino com a natureza, se identificam no seu cotidiano com a lida na terra, com a relação do cuidado, da vida, do pertencimento ao território que as identifica e que se faz identificar. Altieri (2012) elenca algumas razões fundamentais para reavivar o sentido da agricultura familiar camponesa:

> a. Pequenas propriedades rurais são a chave para a segurança alimentar mundial; b. Pequenas propriedades rurais são mais produtivas e conservam mais os recursos naturais do que as grandes monoculturas; c. Pequenas

> propriedades diversificadas representam modelos de sustentabilidade; d. Pequenas propriedades rurais representam um santuário de agrobiodiversidade livre de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs); e. Pequenas propriedades rurais resfriam o clima. (p. 363).

A importância da agricultura familiar para as famílias que nela estão inseridas e que dela vivem é primordial. No cotidiano das relações sociais, tanto familiares quanto com a comunidade local, a relação de identificação e pertencimento com o modo de vida camponês incorpora aspectos internos e externos que se somam às identidades de cada um e cada uma. Woodward (2008) traz reflexões importantes em relação às identidades e a sua relação com a identificação. Quando falamos sobre pertencimento, é importante relacionar como essa noção está vinculada à questão de identificação. Para pertencer a algo eu preciso me identificar com o meio e com o que acontece nele para que, de fato, possa me sentir “parte”.

As identidades, atreladas aos pertencimentos, se fazem presentes ao refletir sobre a mulher camponesa. Morar no campo não necessariamente faz dela camponesa, mas, ao se identificar e se sentir parte do meio onde vive, ter liberdade de ser e de expressar quem ela é, ela pode assumir as suas reais identidades e se sentir pertencente.

3 DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM OLHAR A PARTIR DA AGROECOLOGIA E DOS ECOFEMINISMOS

O recorte deste capítulo procura desenvolver de maneira teórica os fundamentos da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável. Na sequência, trazemos conceitos e aportes teóricos sobre os ecofeminismos, vislumbrando como as mulheres camponesas se relacionam com o meio ambiente natural. Por fim, retratamos os aspectos do desenvolvimento rural sustentável e suas compreensões teóricas e políticas.

3.1 APORTES TEÓRICOS DA AGROECOLOGIA

As discussões sobre a agroecologia são recentes e vêm crescendo notoriamente, por esse motivo, o conceito não tem uma definição unificada e encontra-se em construção. Em termos gerais, a agroecologia contempla conhecimentos fundamentados nos saberes e nos métodos dos povos tradicionais[4] e camponeses "que incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram descologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura". (LEFF, 2002, p.42).

Na década de 1930, o termo "agroecologia" começou a surgir e apareceu como uma expressão com sentido aproximado de ecologia aplicada à agricultura (GLIESSMAN, 2000). Em 1980, a partir dos estudos de Miguel Altieri e de Stephen Gliessman, é que a agroecologia ganhou força e começou a se popularizar. (GUHUR; TONÁ, 2012).

No Brasil, a agroecologia surgiu no final da década de 1970 com viés de "agricultura alternativa" como movimento de contestação à Revolução Verde[5], mas

---

[4] De acordo com Valter do Carmo Cruz (2012), não há um significado único para essa expressão, mas contextualiza-se para nomear, identificar e classificar uma diversidade de culturas e modos de vida de um conjunto de grupos sociais que, historicamente, têm ocupado áreas hoje destinadas à preservação e à conservação ambiental.

[5] Segundo Mônica Cox de Britto Pereira (2012), a introdução em larga escala de variedades modernas de alta produtividade, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que, na época, se considerava a

que, até meados de 1980, permaneceu limitada a profissionais das ciências agrárias, em especial aos cientistas e pensadores da época, como José Lutzenberger, Ana Primavesi, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Sebastião Pinheiro.

O termo “agroecologia” ganhou espaço em 1989, com a publicação do livro de Miguel Altieri, *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa,* e teve a sua disseminação em 1990, com o trabalho das Organizações Não Governamentais (ONGs). É válido destacar também que, a partir dos anos 2000, houve por parte dos movimentos sociais populares do campo uma defesa do debate da agroecologia e da sua incorporação nos seus métodos políticos.

A propagação da agroecologia aconteceu também em razão de diversos eventos, organizações e encontros sobre o tema. Guhur e Toná (2012) apresentam alguns dos que tiveram destaque:

> [...] a Jornada de Agroecologia realizada no Paraná anualmente desde 2002 [...], a campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”, lançada pela Via Campesina durante o III Fórum Social Mundial, em 2003; e a ocupação Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, com a destruição de mudas ilegais de eucalipto transgênico. A realização, em 2002, do I Encontro Nacional de Agroecologia marcou a tentativa de articulação nacional dos movimentos e organizações ligados à agroecologia. Em 2003, realizou-se o I Congresso Brasileiro de Agroecologia, promovido anualmente desde então. Desses dois eventos, resultaram duas entidades de abrangência nacional: a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), fundada em 2002, e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), fundada em 2004. (p. 60).

A importância de tais eventos e do contexto histórico da agroecologia é fundamental para que possamos compreender suas raízes, principalmente no Brasil. A mobilização popular, por meio dos movimentos sociais organizados, dos estudos e da divulgação das pesquisas de intelectuais de diversas áreas que envolvem os preceitos da agroecologia e promovem a interdisciplinaridade, foi e é extremamente necessária para que seja possível conduzir e inserir a agroecologia nos diversos meios e esferas sociais.

Nesse sentido e analisando pelo viés da terminologia da palavra, “agroecologia” não apresenta um conceito fechado. É uma expressão que oferece mais de uma definição por não se tratar de algo exato, com começo, meio e fim, mas que, por estar

---

pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção.

em constante prática e desenvolvimento, abrange condições científicas, sociais, ambientais e políticas. De acordo com Altieri (2004), a agroecologia:

> [...] fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional — genética, agronomia, edafologia — incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais (p.23).

Diante dessa perspectiva, Altieri (2004) aborda um ponto central e muito importante da agroecologia que é incentivar os pesquisadores a aprofundar-se no conhecimento e técnica dos camponeses em promover um agroecossistema[6] com pouca ou mínima dependência de agrotóxicos e insumos energéticos externos.

Nesse sentido, tendo como base estudos metodológicos dos agroecossistemas, Altieri (2004) defende que a agroecologia compreende também cuidados inerentes e específicos ao meio ambiente e também às questões sociais que envolvem, além da produção de alimentos, as causas sociais e a sustentabilidade ecológica dos meios de produção e dos modos de vida.

Ainda de acordo com os apontamentos de Altieri, a agroecologia pode ser definida como área do conhecimento que apresenta “os princípios ecológicos básicos para estudar, desenhar e manejar agroecossistemas produtivos e conservadores dos recursos naturais, apropriados culturalmente, socialmente justos e economicamente viáveis”. (1999, p. 9).

Diante dessa explicação de Altieri, é perceptível que a agroecologia vai muito além que tentar limitá-la a um patamar de agricultura alternativa ou somente de agricultura de base ecológica. Nesse aspecto, Machado e Machado Filho (2014, p. 36), entendem a agroecologia como:

---

[6] “O agroecossistema é definido como um tipo específico de ecossistema, modificado pela ação humana por meio de atividades agrícolas. É uma unidade geográfica delimitada (ainda que variável quanto à sua extensão), onde se dão complexas relações entre as práticas agrícolas e o ecossistema original. Para se entender essas relações é necessário analisar não apenas os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agronômicos), mas também as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura. A agroecologia se propõe a estudar e compreender esses ecossistemas de forma ampla, visando melhorar o seu potencial e eficiência, em termos do conjunto de produtos que poderão ser obtidos, ao mesmo tempo que buscará minimizar os impactos negativos dessa intervenção”. (SILIPRANDI, 2015, p. 88).

> [...] um método, um processo de produção agrícola — animal e vegetal — que resgata os saberes que a "revolução verde" destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala.

A importância de manter a essência da agricultura limpa, sem venenos e adulterações é essencial para as bases da agroecologia em todos os seus aspectos. O resgate e a valorização do saber popular, tão desmerecido e esquecido com o advento da Revolução Verde, é pilar de sustentação da agroecologia. O reconhecimento do papel social dos camponeses, dos agricultores e dos povos tradicionais na defesa e na ação participativa em prol do desenvolvimento da agroecologia é indispensável para a construção do conhecimento.

Os saberes originários da vivência e do cotidiano dos camponeses passados de geração em geração são frutos de erros e acertos, tentativas e experimentos feitos diretamente na natureza, na realidade em que estão inseridos. Por meio dessas práticas, esses indivíduos produzem e desenvolvem conhecimento, transformando a si mesmos e o meio em que vivem.

A consciência da vida, o zelo pela natureza, o respeito ao meio ambiente e a procura por práticas de manejo e produção sustentáveis são intrínsecos à prática da agroecologia. Os conhecimentos populares resultantes da ação dos camponeses, dos agricultores e dos povos tradicionais por meio de suas práticas desdobram-se por praticamente todas as definições que procuram conceituar a agroecologia e buscam dialogar com os conhecimentos científicos.

Em seu livro *Mulheres e Agroecologia*, Siliprandi (2015, p. 81), afirma que:

> [...] a agroecologia pretende apoiar a transição dos atuais modelos de agricultura e de desenvolvimento rural, considerados insustentáveis, para outros sustentáveis. A sustentabilidade é definida, de forma ampla, como a capacidade de esses processos perdurarem no tempo, conciliando a atividade agrícola e a manutenção das características ecológicas do ambiente e proporcionando meios de vida dignos para as pessoas envolvidas.

Conforme Siliprandi (2015) apresenta, a dignidade da vida humana e a manutenção das características ecológicas do ambiente andam de mãos dadas na perspectiva agroecológica. Não se trata apenas da substituição ou extinção de insumos agrotóxicos ou formas de cultivo, mas, sim, da valorização da vida.

Nessa compreensão sobre a vida, é preciso trazer à luz da teoria o protagonismo dos agricultores/camponeses/indígenas. De acordo com Siliprandi (2015, p. 87):

> Esse protagonismo dos agricultores será central no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos: na construção de suas propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de coevoluir respeitando os processos ecológicos; por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. As propostas agroecológicas têm, portanto, um caráter emancipatório, e os movimentos que se formaram em torno da agroecologia aproximam-se politicamente das lutas por ecojustiça.

Sem a presença e a participação ativa dos camponeses, dos agricultores e dos povos tradicionais por meio de lutas e aplicação dos seus saberes locais no manejo dos agroecossistemas, a existência da agroecologia seria apenas uma possibilidade.

A agroecologia surge como “uma proposta que rompe os domínios de uma ciência estanque, e propõe a incorporação de outros sujeitos sociais (que não o “cientista”), como coprodutores de conhecimento a ser gerado”. (SILIPRANDI, 2015, p. 93). Assim, ressalta-se que a agroecologia não pode ser somente uma ciência resultante de experimentos de laboratórios, mas sim, de práticas de vida.

O pensamento sobre agroecologia e sua possível explicação para um entendimento mais detalhado não são apenas descrições técnicas e manejos do solo, mas a elucidação da relação dos agroecossistemas com os protagonistas da construção desses conhecimentos e que a fundamentam.

Nessa lógica, busca-se estabelecer uma conexão “entre investigador/investigado, que valoriza os sujeitos sociais e permite emergir um sentido sociocultural para suas ações, com relação tanto aos processos naturais analisados quanto aos sociais”. (SILIPRANDI, 2015, p. 94).

Gliessman (2000) compreende a agroecologia como a evolução simultânea entre os sistemas naturais e sociais, entre ambiente e cultura, e que os seres humanos têm capacidade de guiar essa coevolução. Sem a ação do ser humano e a evolução conjunta com o meio ambiente, direcionados a um mesmo objetivo, a prática da agroecologia se torna inviável.

> [...] a agroecologia exige que o camponês passe a assumir uma posição ativa, de pesquisador das especificidades de seu agroecossistema, para desenvolver tecnologias apropriadas não só às condições locais de solo, relevo, clima e vegetação, mas também às interações ecológicas, sociais, econômicas e culturais. Na perspectiva da agroecologia, essa não pode ser tarefa de especialistas isolados. A agroecologia exige conhecer a dinâmica da natureza e, ao mesmo tempo, agir para a sua transformação. (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 62).

A condição da agroecologia enquanto construção de novos conhecimentos a leva a um nível de pesquisas e resultados com a participação ativa não somente dos seus atores (camponeses, agricultores e povos tradicionais), que a fazem acontecer na prática, mas também de pesquisadores que fornecem a esse campo um panorama científico, que é capaz de "dar suporte a uma transição a estilos de agriculturas sustentáveis e, portanto, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável". (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 8).

Entender a dimensão da agroecologia é compreendê-la também como uma ciência e não apenas como uma prática, um modo de vida saudável. É permitir e entender que "[...] a agroecologia se constitui num campo de conhecimento que reúne várias "reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas que têm contribuído para conformar o seu atual *corpus* teórico e metodológico". (GUZMÁN CASADO *et al*, 2000, p. 81 *apud* CAPORAL E COSTABEBER, 2004, p. 12).

Precisamos desmistificar a ideia de que ciência só acontece na sofisticação de análise de tubos de ensaio em laboratórios de última geração. De acordo com o dicionário *online* Priberam, ciência[7] é o "conjunto de conhecimentos fundados sobre princípios certos". Ou seja, o estudo sobre os agroecossistemas, a interação entre homem *versus* natureza, as relações de coexistência, a produção e o manejo sem a inserção de agroquímicos e a compreensão do modo de vida agroecológico são uma forma de ciência, e como asseveram Caporal; Costabeber; Paulus (2009), em um dos títulos de seus artigos, *Uma ciência do campo da complexidade*, a agroecologia

> [...] busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem

6 [Figurado] Saber, instrução, conhecimentos vastos.

> transdisciplinar, holística. (CAPORAL; COSTABEBER; PAULUS, 2009, p. 17–18).

Sendo assim, percebe-se que a agroecologia é uma constante integração de saberes envolvida pela interdisciplinaridade. Não há apenas uma disciplina, uma forma, uma matéria, um eixo que possa explicar e conduzir os estudos sobre essa área. O todo que contempla a grandiosidade da agroecologia não pode ser limitado a um único entendimento ou definição, assim como há a associação do meio ambiente com os seres vivos, a cooperação, a coexistência e a coevolução mútua. Dessa forma, a agroecologia também se constitui no diálogo de saberes.

Dentre todo o aporte histórico e conceitual até aqui apresentado sobre a agroecologia, é imprescindível ressaltar a sua relação, seja como ciência ou prática, com a sustentabilidade como um todo. (SILIPRANDI, 2015).

Altieri (2004) define com maestria a sustentabilidade de forma que ela "deve suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções futuras. Em outras palavras, os recursos necessários para o futuro não devem ser esgotados para satisfazer o consumo de hoje". (p. 82).

Sendo assim, a agroecologia está intimamente ligada à sustentabilidade pela relação do ser humano *versus* natureza, em relação à preservação e ao cuidado com o ambiente e o desenvolvimento rural sustentável[8].

A riqueza da diversidade que abrange a agroecologia, seja em suas tentativas de definição ou até mesmo na sua própria integração como sistema, é o que a tornam tão indefinível. Isolada, a agroecologia não acontece. Para tanto, um dos pontos fundamentais da agroecologia é sobre a transição agroecológica:

> [...] o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Entretanto, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico — produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas

[8] O enfoque sobre sustentabilidade inserido na agroecologia está diretamente ligado ao desenvolvimento rural sustentável, temática que será apresentada nos próximos subcapítulos.

> atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 12).

A transição agroecológica é fator de extrema importância para compreender a agroecologia, principalmente porque se trata de uma questão de processo progressivo e contínuo, não só do ambiente em que se está agindo, mas também na mentalidade dos sujeitos envolvidos. Não se torna um “agroecologista”, se vive a agroecologia.

A mudança de modelo de agricultura vai além da substituição de formas de manejo, de aspectos agronômicos de produção e de cuidados com o solo para uma transformação de princípios, padrões impostos, crenças e concepções sociais enraizadas pelo capitalismo. Nesse contexto, Caporal e Costabeber resumem o que já foi dito,

> [...] a agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimentos e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimento rural sustentável. (2004, p. 13).

Diante do exposto, a ideia de que os sistemas sociais e ecológicos não podem ser separados é reforçada, pois “espera-se um empoderamento dos agricultores, contribuindo para a sua valorização, uma vez que estes constituem um grupo social imprescindível para a construção de modelos sustentáveis de agricultura”. (SILIPRANDI, 2015, p. 94).

3.2 REFLEXÕES ACERCA DOS ECOFEMINISMOS E A PERSPECTIVA DO CUIDADO

Historicamente, as mulheres foram oprimidas pela sociedade. O sistema patriarcal reforçou essa dominação conferindo inferioridade ao sexo feminino e afetando diretamente as relações sociais. Com isso, naturalizou-se uma visão de que as mulheres são inferiores em relação aos homens pelo simples fato de serem mulheres. Elas foram consideradas fracas, frágeis e sensíveis e isso impactou diretamente os seus modos de ser e de agir. De maneira concomitante a isso, além da dominação da mulher, o patriarcado também agiu diretamente na apropriação da

natureza, das florestas e das matas nativas. Assim, junto com o capitalismo, o patriarcado interferiu cruelmente na vida dos seres humanos e das espécies. Cabe salientar, no entanto, que a compreensão de natureza também nos incorpora como seres humanos. Nós somos natureza, já que produzimos cultura e intervimos na realidade concreta.

Essa realidade, entretanto, começou a se modificar principalmente a partir do século XX, com a emergência dos movimentos feministas que denunciaram as formas de opressão contra as mulheres. Nesse período, também surgiram, movimentos sociais a favor dos direitos humanos e contra a mercantilização da natureza.

Nesse contexto, é fundamental refletir neste trabalho acerca dos ecofeminismos e da perspectiva do cuidado. O termo "ecofeminismo" apareceu, a princípio, na França, em 1974, por meio do livro *Le Feminisme ou la Morte*, da socióloga Françoise D'Eaubonne, em que ela fala sobre o início dos protestos das mulheres em favor da ecologia. Por ecofeminismos entende-se um conjunto de práticas e teorias que se inter-relacionam com teorias feministas e ambientalistas. A compreensão ecofeminista, "junção de certa ecologia com certo feminismo, quer mostrar a conexão entre a dominação das mulheres e da natureza do ponto de vista da ideologia cultural e das estruturas sociais e também introduzir novas formas de pensar, em vista da 'ecojustiça'". (GEBARA, 1997, p. 29).

Em outras palavras, "da pluralidade de enfoques existentes nos Movimentos Feministas contemporâneos e, na busca de compreender fatores geradores da dominação feminina, deu-se termo ao movimento chamado de *ecofeminismo".* (ANGELIN, 2014, p. 1.582, grifos da autora).

Os aspectos principais dos ecofeminismos tratam sobre a analogia de autoridade e controle do ser humano sobre a natureza e a relação de poder desproporcional e arbitrária do homem sobre a mulher. A intenção é ocasionar a reflexão e a transformação social que busca o reconhecimento da dependência dos seres humanos com a natureza e vice-versa, visando ao cuidado mútuo para sobrevivência. Maria Mies e Vandana Shiva (1997, p.16) trazem, nessa perspectiva, o sentido ecofeminista de uma cosmologia amparada na vida e no cuidado.

> [...] apresenta a necessidade de uma nova cosmologia que reconhece que a vida na natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos. Somente deste modo estaremos habilitados a respeitar e a preservar a diversidade de todas as formas de vida, bem como das suas expressões culturais, como fontes verdadeiras do

> nosso bem estar e felicidade. Para alcançar este fim, as ecofeministas utilizam metáforas como “re-tecer o mundo”, “curar as feridas”, religar e interligar a “teia”.

Re(tecer) e re(ligar) as teias também nos aproximam do conceito de diversidade, de diálogo de saberes nas relações humanas. As mulheres expressam em suas práticas sociais o cuidado com a agroecologia e a vida e é com esse contexto que o conceito de ecofeminismos dialoga diretamente, já que pressupõe, em suas bases teóricas, reinterpretar a experiência das mulheres com o meio ambiente natural.

No debate em torno dessa temática, é perceptível que os ecofeminismos são permeado por lutas. As lutas em defesa do meio ambiente, em todo o mundo, foram constantemente incentivadas e pleiteadas pelas mulheres, mesmo que elas não tenham sido reconhecidas como principais influenciadoras e líderes. Costa (2019, p. 206) retrata um pequeno resumo dos principais ativismos sociais:

> A luta das mulheres indianas no Movimento de Chipko pela proteção das suas florestas; a resistência das campesinas bolivianas contra o processo de privatização das águas que ficou conhecido como a guerra das águas no país; a mobilização das mulheres em Altamira contra a construção da barragem de Belo Monte; e a experiência das mulheres quenianas em torno do Movimento Cinturão Verde, são alguns exemplos de como, a partir dos seus diferentes contextos, as mulheres, especialmente em áreas periféricas e rurais, comunidades tradicionais e povos originários do Sul Global, constroem laços de solidariedade e mobilização social que se mostram centrais na luta pela justiça socioambiental.

A preocupação com o meio ambiente foi e é uma bandeira levantada pelas mulheres, pois elas são pioneiras em ir atrás de soluções para recuperar a “qualidade do ar e da água através de reivindicações públicas, organizando mutirões para a limpeza dos bairros e tantas pequenas iniciativas a fim de garantir um mínimo de condições de salubridade para a vida da família.” (GEBARA, 1997, p. 16).

O protesto das mulheres contra a destruição do meio ambiente, os efeitos negativos e destrutivos da era industrial e as consequências das violências da guerra datam de antes de 1950, e o movimento ecologista foi integrante dessas reflexões. (COSTA, 2019).

Um dos principais nomes a que se reporta o movimento ecologista é Rachel Carson, “bióloga e oceanógrafa dos Estados Unidos que denunciou o uso de pesticidas durante a Segunda Guerra Mundial, observando como isso provocou a proliferação dos agrotóxicos e a contaminação dos ecossistemas e da saúde

humana". (COSTA, 2019, p.116). A reflexão ecológica a que Rachel deu início foi fruto da publicação de seu livro *A primavera silenciosa*, de 1962, que, por meio do seu conhecimento e entendimento, aborda sobre o desenvolvimento e o agronegócio.

> À medida que o ser humano avança rumo a seu objetivo proclamado de conquistar a natureza, ele vem escrevendo uma deprimente lista de destruições, dirigidas não só contra a Terra em que habita com também contra os seres vivos que compartilham com ele. [...] Ainda falamos em termos de conquistas. Ainda não amadurecemos o suficiente para nos enxergamos como parte ínfima de um universo incrivelmente vasto. A atitude do ser humano para com a natureza é de fundamental importância, simplesmente porque adquirimos o poder funesto de alterá-la e destruí-la. Mas o ser humano é parte da natureza e sua guerra contra ela é, inevitavelmente, uma guerra contra si mesmo. (CARSON, 2010, p.83).

As relações entre as mulheres e os ecossistemas, que geraram reflexões, debates, lutas e mobilizações, começaram a dar início aos ecofeminismos, "sendo François d'Eaubonne, ativista francesa, a primeira a postular a relação entre ecologia e feminismo, e a cunhar o termo que originaria a ideia de 'ecofeminismo' em 1974". (COSTA, 2019, p.118). D'Eaubonne expunha que o capitalismo concedia ao patriarcado poder de devastação e dominação, tanto das mulheres quanto do meio ambiente. Ela também defendia e "reivindicava a proximidade entre mulheres e natureza, e buscava revalorizar essas práticas, considerando-as de valor universal e vitais para a humanidade". (COSTA, 2019, p.119).

Quando falamos sobre ecofeminismos, é preciso ter em mente que não existe um ecofeminismo por definição, e sim, que ele "é plural porque é teoria e prática fortemente ligadas às experiências de vida. Por isso, talvez, tenha sido possível dizer que existem tantos ecofeminismos quanto existem teorias ecofeministas". (PULEO, 2013, p. 29, tradução nossa).

Dentre suas várias expressões, os ecofeminismos apresentam três correntes ou teorias, de acordo com Alícia Puleo (2013, p. 37–39, grifos da autora), uma das principais estudiosas sobre o tema.

> *Ecofeminismo clássico*: nesta corrente, o feminismo faz a denúncia referente a naturalização da mulher como um dos instrumentos de legitimação do patriarcado. De acordo com essa teoria, a cultura masculina, obcecada pelo poder, tem levado a guerras suicidas, envenenamento da terra, água e ar e destruição do planeta. Diante dessa conjuntura, a ética do cuidado feminino, que visa a proteção dos seres vivos, se coloca contra a essência agressiva masculina e as atitudes maternais femininas pré-dispõem as mulheres a atitudes pacifistas e de conservação da natureza, enquanto os homens naturalmente são predispostos à competitividade e destruição. *b)*

> *Ecofeminismo espiritualista*: originário dos países do sul, influenciado pelos princípios religiosos de Ghandi, na Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina. Essa corrente proclama que o desenvolvimento da sociedade ocasiona um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, tendo suas raízes nos princípios patriarcais de dominação e centralização do poder. Se posiciona contra a dominação, pela luta antissexista, antirracista, antielitista e anti-andropocêntrica. Atribui também, ao princípio da cosmologia, a propensão protetora das mulheres com a natureza. *c) Ecofeminismo construtivista*: Embora compartilhando com os ideais antirracismo, anti-andropocentrismo e anti-imperialismo, essa tendência não se identifica com o essencialismo e nem os princípios religiosos espirituais das correntes anteriores. Ela defende que a relação de algumas mulheres com a natureza não está associada com características próprias do sexo feminino, mas sim fruto das suas responsabilidades de gênero na economia familiar, originárias da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade.

Com base no que foi apontado pela autora, percebe-se que o ecofeminismo espiritualista traz a possibilidade da mística a partir das práticas transformadoras. A mística e a religiosidade influenciam e trazem elementos para a mudança social e a práxis das mulheres.

Discorrendo ainda sobre patriarcado e ecofeminismos, outra autora que colaborou com reflexões sobre a temática foi Riane Eisler (1996) que, por meio de seus estudos antropológicos e históricos, apontou “como o patriarcado arrebatou o poder das mulheres e estabeleceu, culturalmente, uma dupla régua epistêmica para valorizar e considerar as mulheres e natureza como inferiores numa sociedade hierárquica e depredadora”. (BELTRÁN, 2019, p. 122).

Contemplando a história dos ecofeminismos, é preciso destacar a relevância e as contribuições de Karen Warren (1987), que postulou que as feministas se ativessem às questões do meio ambiente e as correlações ecológicas, e que também os ambientalistas deveriam ponderar sobre as conexões entre a devastação ecológica, o sexismo e outras formas de opressão social, de modo a desconstruir os sistemas de dominação.

Um dos nomes mais significativos dos ecofeminismos do Sul global, no entanto, é a filósofa e ativista pelo meio ambiente Vandana Shiva. Defensora da cosmologia que valoriza todas as formas de vida, preservadas por meio de cuidado, colaboração e amor recíproco. Shiva e Mies associam patriarcado e capitalismo para declarar que o patriarcado capitalista é responsável por nivelar e fragmentar e identificam diversos sistemas de domínio e poder. Shiva e Mies (1997, p. 22, tradução nossa) argumentam que “o modelo econômico determinado pelo patriarcado capitalista se baseia na conversão de tudo em mercadoria, incluindo as mulheres”.

Vandana traz argumentos que visam proporcionar reflexão sobre a busca desenfreada do capitalismo em prol do crescimento, sendo que, nesse viés, a posse dos recursos são "[...] essenciais para o crescimento, cria uma cultura de estupro — estupro da terra, das economias locais autossuficientes, das mulheres. Esse crescimento só pode ser inclusivo se incluir mais e mais pessoas em seu círculo de violência". (SHIVA; MIES, 1997, p. 20–21).

Relacionando sobre a violência contra as mulheres e a emergência do capitalismo, Vandana Shiva, em sua obra em parceria com Maria Mies, *Ecofeminismo: teoria, crítica e perspectivas,* diz:

> A violência contra as mulheres assumiu novas formas e mais implacáveis, pois as estruturas patriarcais tradicionais se hibridizaram com as estruturas patriarcais capitalistas. Devemos analisar as relações entre a violência em sistemas econômicos injustos e insustentáveis e a frequência e aumento da crueldade da violência contra as mulheres. Nós temos que entender como a violência contra as mulheres aumenta devido à fusão das estruturas do patriarcado tradicional com as estruturas emergentes do patriarcado capitalista. (1997, p. 19, tradução nossa).

Nas décadas de 1980 e 1990, Vandana Shiva e a alemã Maria Mies elaboraram relevantes teorias e evidências dos ecofeminismos em relação ao sistema de dominação do capitalismo concedente ao viés patriarcal.

Sob as diferentes perspectivas ecofeministas, Barbara Holland-Cunz, filósofa alemã, afirma que "a corrente ecofeminista, com todas as suas variantes, representa hoje a abordagem que tenta uma comunicação sócio-teórica entre a relação com a natureza e a relação entre os sexos". (HOLLAND-CUNZ, 1996, p. 30, tradução nossa).

Mais do que somente teorias, o feminismo que integra os ecofeminismos propõe reflexões que partem do cotidiano e nos ensina "a pensar politicamente o que parecia natural para nós. Essa é a característica mais marcante do feminismo que nasceu no último terço do século 20: analisar o cotidiano em suas relações de poder e propor alternativas". (PULEO, 2013, p. 17, tradução nossa).

Reforça-se, nesse sentido, a questão das relações sociais e a interação com a natureza, que conforme a filósofa australiana Val Plumwood *apud* Beltrán (2019) destaca:

> [...] o ecofeminismo é uma construção filosófica, teórica e prática, crítica da racionalidade masculina androcêntrica e que propõe uma interpretação dualista da realidade e das relações sociais. Bem como as ecofeministas de visão construtivista, Plumwood propõe superar os dualismos hierárquicos,

> desconstruindo a lógica patriarcal e recuperando a interdependência e a relação com o planeta como uma proposta de evolução civilizatória. (p.133).

Plumwood apresentava uma preocupação autêntica com a natureza e a igualdade entre as espécies e gerações. Para ela, essa era uma investida para tentar adquirir novas identidades humanas e sociais em relação ao meio ambiente, contrapondo-se à mercantilização da natureza.

Diante do exposto, percebemos que os ecofeminismos, ao contestarem o sistema de dominação, têm proposto novas[9] maneiras de se pensar a sociedade e a convivência com a natureza, integrando os modos de produção e a estrutura econômica com conceitos solidários, impulsionando aproximações mais harmoniosas em relação ao meio ambiente e as relações humanas.

3.3 COMPREENSÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

A palavra “desenvolvimento” não tem um fim em si e assume diferentes concepções de acordo com o contexto em que é empregada. Para compreender as noções de desenvolvimento rural sustentável é preciso contextualizar o termo “desenvolvimento” em si e a sua trajetória histórica na sociedade.

Após a Segunda Guerra Mundial, é que a ideia de desenvolvimento começou a ser difundida. Na década de 1960, modernidade e desenvolvimento eram entendidos como sinônimos e a sociedade considerada como moderna e desenvolvida era aquela com supremacia da produção industrial e urbana. Em contraponto, as sociedades fundamentadas na agricultura eram compreendidas como atrasadas e, por isso, a industrialização e o modo urbano eram classificados como meios para constituição de riqueza e desenvolvimento. (ANDRADE, 2012).

---

[9] Nesse aspecto, é válido destacar a importância da Conferência Rio-92. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. Na reunião — que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra —, que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo em Estocolmo, Suécia, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta.

Em outras palavras, o relacionamento do ser humano com a natureza, “especialmente quanto as relações econômicas e socioambientais, no que se refere à civilização ocidental, pode-se afirmar que o desenvolvimento é o desdobramento da noção de crescimento, e este da noção de progresso”. (MARTINS, 2004, p. 2).

A busca social desenfreada pelo desenvolvimento e, consequentemente, pelas riquezas, criou um padrão que estava alicerçado na utilização cada vez maior dos recursos naturais, assim, quanto mais a industrialização prosperava, maior era a devastação do meio ambiente. Em algumas partes do mundo, a consequência econômica do uso desse modelo de desenvolvimento foi positiva, mas a opressão sobre o meio ambiente resultou em desigualdade entre as regiões, em acentuação da pobreza e em motivação de transformações culturais e institucionais. (ANDRADE, 2012).

Nesse aspecto, Costabeber e Caporal (2002) retratam que:

> A perspectiva desenvolvimentista, notoriamente hegemônica no período pós Segunda Guerra, orientava para o crescimento econômico, permanente e baseado no consumo abusivo de recursos naturais não renováveis, como condição básica e indispensável para que as sociedades tidas como subdesenvolvidas superassem o “atraso” e alcançassem o “progresso”, condição já presente nas nações e sociedades consideradas como desenvolvidas.

À medida que as cidades buscavam crescimento por meio da industrialização, o meio rural ficava de fora do processo e, com isso, a fome e a instabilidade alimentar e de produção tomaram espaço. Foi diante dessa perspectiva que aconteceu a Revolução Verde, em que o projeto era modernizar o meio rural para aumentar a produção de alimentos. (ANDRADE, 2012).

Oriunda dos Estados Unidos, a Revolução Verde tinha como proposta o desenvolvimento do campo e foi praticada após a década de 1960, com muito preparo e vínculo entre as instituições estatais e privadas, não somente no Brasil, mas em todo o mundo. (CEZIMBRA, 2013).

O ritmo de crescimento que correspondia ao desenvolvimento no meio urbano chegou ao campo e “modernizar o meio rural significou intensificar a produção e aumentar a produtividade, estreitando a relação entre o campo e a indústria, com a introdução de máquinas pesadas e produtos químicos”. (ANDRADE, 2012, p.10).

Em virtude disso, o Brasil caminhava com fidelidade em busca da modernização “tendo como base técnica o pacote da Revolução Verde para a

agricultura, que ganha amplitude a partir dos anos de 1970, devido aos fortes incentivos governamentais, especialmente crédito farto e subsidiado". (CEZIMBRA, 2013, p. 33).

Ao mesmo tempo, "a modernização da agricultura da forma como foi feita tinha como uma das grandes bandeiras dos seus ideólogos, garantir a produção de alimentos para acabar com a fome. Pois a população vinha crescendo muito e precisaria ser alimentada". (CEZIMBRA, 2013, p. 34). Em posse desses argumentos é que a crise ambiental se agravou, pois gerava-se muito dinheiro em produção de alimentos que se diziam ser em favor do combate à fome, mas, na verdade, o que crescia era a concentração de terras e riquezas e, em contrapartida, aumentava a miséria, a exclusão e os problemas sociais. (CEZIMBRA, 2013). Nesse sentido, Martins (2004, p. 04) esclarece que:

> A noção de produção e de riqueza, ao perder seu conteúdo físico, passou a ter inevitavelmente um conteúdo exclusivamente monetário. Assim, uma atividade humana mesmo que seja de destruição do meio físico e da matéria que lhe deu origem, quando gera valor de troca, quando significa mercado, é reconhecida como produtora de riqueza.

Perante todo esse cenário na busca do desenvolvimento enquanto progresso, crescimento econômico e geração de riquezas, muitos questionamentos começaram a aparecer a respeito do esgotamento dos recursos naturais. É nesse espaço que surgem os debates sobre o desenvolvimento sustentável como opção e contrapartida ao sistema vigente.

A proposta de crescimento atrelado ao progresso fez com que a busca por riquezas fosse a única certeza do pleno desenvolvimento. O uso desmedido do meio ambiente, a desconsideração do êxodo rural decorrente do avanço das monoculturas e dos latifúndios — que provocam o aumento populacional nas favelas, morros e subúrbios das cidades — e a despreocupação pelos crescentes problemas sociais, gerou um grande impacto no Brasil e no mundo, que passou a adotar uma nova forma de postura em relação ao discurso sobre o tema.

> Os impactos decorrentes do avanço industrial, da expansão da agricultura, do extrativismo e da urbanização, já não podem mais ser ignorados. O que faz com que o tema ambiental comece a fazer parte, ao menos formalmente, das políticas de desenvolvimento, tanto dos organismos internacionais, como dos diversos países. O que não quer dizer que as soluções práticas sejam eficientemente implantadas e desenvolvidas, pois há muitas contradições e

> interesses principalmente econômicos e geopolíticos envolvidos. (CEZIMBRA, 2013, p. 42–43)

Diante do exposto, a preocupação com o meio ambiente começou a ser vista e entendida como primordial para a qualidade de vida. Os interesses capitalistas, tanto do setor privado quanto do governamental, uniram forças e alinharam seus discursos mirando “nos novos sujeitos dos públicos específicos, tais como mulheres, na questão de gênero, na juventude, nas populações locais, nas comunidades enfim, como portadores de elementos importantes a serem considerados nas políticas de desenvolvimento”. (CEZIMBRA, 2013, p. 43).

Além disso, outro termo que ganhou espaço e vez, casando com o uso do desenvolvimento relacionado ao cuidado com o meio ambiente foi a sustentabilidade, pois começou “a ser a palavra obrigatória nos planos, programas e projetos de desenvolvimento de governos, de empresas, de ONGs, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, no debate acadêmico e até nos círculos do senso comum”. (CEZIMBRA, 2013, p. 43).

A sustentabilidade relacionada aos planejamentos de desenvolvimento procura articular cinco dimensões que propõem:

> [...] sustentabilidade social, no sentido de buscar reduzir o abismo entre pobres e ricos; sustentabilidade econômica, na gestão mais eficiente dos recursos, da distribuição, dos fluxos, das normas de comércio desiguais, etc.; sustentabilidade ecológica que potencialize os ecossistemas, diminua o consumismo, melhore a eficiência energética, menos uso de combustíveis fósseis e mais atenção à biomassa, menos poluição e lixo, normatização ambiental e cumprimento das mesmas; sustentabilidade espacial que reconfigure o urbano e o rural, resguardando os ecossistemas frágeis e a biodiversidade; e por fim, a sustentabilidade cultural, pois aí estão muitas raízes da atualidade moderna, da diversidade de modos de vida adaptados a ecossistemas que precisam ser preservados com direito a existir e se desenvolver. (CEZIMBRA, 2013, p. 43).

Portanto, o termo sustentabilidade se aplica a várias esferas sociais. De acordo com Cavalcanti, sustentabilidade revela a “possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”. (2001, p. 153).

A manutenção, a preservação e a conservação dos recursos naturais, além do cuidado e da atenção aos indivíduos envolvidos, principalmente aos camponeses e aos povos tradicionais, são fatores essenciais e determinantes do que contempla o desenvolvimento sustentável, pois ele “tem como eixo central a melhoria da qualidade

de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas e, na sua consecução, as pessoas, ao mesmo tempo que são beneficiários, são instrumentos do processo". (ASSIS, 2006, p.81).

É primordial relacionar o desenvolvimento sustentável como parte integrante do cotidiano dos camponeses que vivem sob a perspectiva da agroecologia. O modo de vida pautado nos pilares agroecológicos contempla o desenvolvimento rural sustentável, pois como já explicado anteriormente, a preservação do meio ambiente é a garantia para a vida da geração presente e das futuras.

Nesse contexto, fica evidente a importância da agricultura camponesa como uma das promotoras de um desenvolvimento rural sustentável. É preciso valorizar as áreas locais, as comunidades e as famílias que colocam em prática os ensinamentos agroecológicos e que, dessa maneira, preservam e garantem a manutenção dos cultivos e variedades locais, possibilitando, ainda, a recuperação dos conhecimentos e dos manejos tradicionais, passados de geração a geração. (ASSIS, 2006).

O sistema de cultivo convencional, que não se preocupa com a recuperação do meio ambiente e com o resgate do solo e dos mananciais, na maioria das vezes, é responsável pela destruição da agrobiodiversidade existente. Para que seja possível fazer uso consciente e responsável dessa área e para resgatar o que já foi perdido e reconstruí-la, aos poucos, é preciso implantar o desenvolvimento rural sustentável em todas as suas esferas de abrangência. Nesse aspecto, Assis explica que:

> O que se está propondo é que para a implementação de formas de desenvolvimento rural sustentável deve ser construída uma lógica econômica e social que possibilite o desenvolvimento de múltiplas formas de agricultura, ou seja, em contraposição à lógica vigente, que dificulta caminhar nessa direção ao vincular-se à agricultura patronal em detrimento de outras formas de organização social da produção agrícola, como a agricultura familiar, fundamentais na reprodução de conhecimentos e modos de vida tradicionais. Deve-se considerar, inclusive, que a possibilidade de reprodução dessas diversas formas de organização social da produção agrícola é um bom indicador econômico-social de sustentabilidade. (2006, p.82).

A prática da agricultura sustentável é parte constituinte do desenvolvimento rural sustentável e pode ser compreendida como um movimento de mudança nos sistemas rurais de produção, pois os atinge em todas as dimensões. Isso significa que esse processo de transformação perpassará por várias áreas das funções rurais, como crescimento econômico, conservação de valores naturais e culturais, melhoria

das condições sociais, das dimensões de trabalho, dos saberes, das políticas institucionais e das demais dimensões da vida no campo. (ALVES, 2008).

Por meio dessa problemática ambiental que envolve a questão do desenvolvimento sustentável é que surgem os movimentos sociais e os atores sociais que buscam, tanto na teoria quanto na prática, entender as causas e solucionar as consequências na vida da sociedade. A destruição ecológica e a degradação do ambiente têm um preço que é pago pela sociedade e esses atores e movimentos sociais surgem instigados por direitos, demandas e valores que norteiam uma prática da construção de um entendimento ambiental. (LEFF, 2001).

É fundamental compreender que um desenvolvimento rural sustentável requer o envolvimento da comunidade, das pessoas e dos movimentos sociais para que seja possível uma autogestão dos recursos, das necessidades e da produção de forma que promova um desenvolvimento sustentável e equitativo fundamentado na autonomia cultural, na valorização dos saberes, no respeito ao ambiente e às relações sociais. (LEFF, 2001).

Além disso, é preciso levar em consideração que o entendimento sobre o termo “desenvolvimento sustentável” é relativo, pois varia conforme quem utiliza e onde o aplica para se referir ao seu uso, pois,

> sustentabilidade para uma comunidade local à procura dos meios de sua reprodução física e social no seu ambiente de vida não vai ter o mesmo significado para um movimento ambientalista que pretende preservar a “Mata Atlântica”, elemento do patrimônio mundial ou para uma empresa que busca “externalizar” os danos ambientais que causa no seu entorno, exportando os resíduos para zonas longínquas. Quando se fala de sustentabilidade, devemos sempre nos perguntar: “sustentabilidade para quem?” (RAYNAUT, 2004, p. 31).

Embora existam diversas interpretações e objetivos distintos para o emprego do termo “desenvolvimento sustentável”, é fato que, independentemente dos atores envolvidos, todos buscam o equilíbrio entre os elementos ambientais, sociais e a relação entre os dois. (RAYNAUT, 2004).

4 REFLEXOS DA AGROECOLOGIA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO COTIDIANO DAS MULHERES CAMPONESAS: A EXPERIÊNCIA DE SABER DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO

Vivemos em uma sociedade capitalista, na qual a lógica do capital impulsiona as desigualdades sociais, fruto da concentração da riqueza, das terras e da exploração da natureza. Em contraponto, surgem os movimentos sociais que lutam pelo acesso e democratização da terra por meio da reforma agrária. É nesse contexto que surgiu o Assentamento Oito de Junho, com suas lutas, vivências e modos de vida. As mulheres camponesas, foco deste estudo, são parte fundamental a partir das suas vozes, cotidiano, significados e pertencimentos. É nesse viés que o capítulo reflete a partir da prática e as interlocuções de autores e autoras.

4.1 COMPREENDENDO O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REFORMA AGRÁRIA

Nossas ações e atitudes são constantemente reguladas por uma ideologia que incentiva o individualismo e a competição envoltos pela lógica do capital. Dessa forma, naturalizamos as condições sociais, fortalecemos o entendimento de eliminação do outro e não reconhecemos a diferença. (ANDRIOLI; SOARES, 2013).

Essa lógica tal qual se apresenta é esclarecida por meio da globalização, que “regula os processos econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade”. (ANDRIOLI; SOARES, 2013, p. 52). De forma simultânea, está aflorando uma globalização alternativa e mais humana, que é concebida principalmente pelos movimentos sociais, tanto locais quanto nacionais, que lutam “contra a exclusão e a discriminação em diferentes domínios sociais e em diferentes países”. (SOUSA SANTOS, 2006, p. 777).

A globalização, com seus meios e poder de manipulação das informações, a todo momento busca nos fazer crer na probabilidade de um único pensamento encoberto por verdades anunciadas e que deseja conduzir nossas ações na sociedade. Em resposta a essa prática há o estímulo ao consumo, à competitividade e a contribuição a uma técnica dominante. (ANDRIOLI; SOARES, 2013). Seguindo essa orientação, o dilema acontece porque o mercado global diz ser capaz de nivelar

o mundo como um todo, quando, na realidade, o que de fato acontece é a acentuação das diferenças locais. Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos destaca que “o global e universal é hegemônico; o particular e local não conta, é invisível, descartável, desprezível”. (2007, p. 31).

Dessa forma, “o local fica tão invisível a ponto de desvalorizarmos, por exemplo, produções locais e adquirirmos apenas alimentos produzidos pelas grandes empresas”. (ANDRIOLI; SOARES, 2013, p. 53). Tal realidade é reafirmada e ampliada por meio da mídia que constantemente desvaloriza o local e enaltece o global, nos fazendo crer no que é posto sem questionamentos, de modo que seja entendido como uma verdade declarada. Em outras palavras, “a informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos”. (SANTOS, 2010, p. 41).

Diante dessa conjuntura, é preciso destacar que a informação da forma veiculada pela mídia, instantânea e globalizada, nem sempre condiz com a realidade. Isso se explica pelo fato de que muitas informações são omitidas ou alteradas porque são predispostas pelas grandes empresas. (ANDRIOLI; SOARES, 2013).

Essa percepção é necessária para que possamos compreender que a influência da mídia impulsiona a sociedade a compactuar com a lógica do mercado, que estimula cada vez mais a competitividade e o consumismo, como dito anteriormente, de maneira que expande as diferenças sociais. Essa é a essência do capitalismo vigente. Com base no dito popular “o rico fica cada vez mais rico e o pobre cada vez mais pobre”, é preciso romper com essa lógica que alimenta as desigualdades sociais e refletir sobre uma globalização mais humanizada que, de fato, valorize o ser humano, participe do processo e não apenas objetive o capital com vistas ao lucro.

É nesse cenário que entram em cena os movimentos sociais, que se caracterizam como grupos que podem ser baseados em experiências em comum, localizados territorialmente ou como uma categoria envolta em teoria, ou seja, estruturada em relações sociais. (GERHARDT, 2020). Em outras palavras, os movimentos sociais são um coletivo organizado que tem por objetivo a luta por direitos, contra o sistema capitalista desigual e a globalização.

Sendo um coletivo, os movimentos sociais são “marcados pelas diferenças e fragmentações, mas que, conforme a conjuntura ou situação histórica, procura se

mobilizar acerca de questões estruturais que necessitam ser enfrentadas, uma vez que são causadoras de desigualdades e opressões". (GERHARDT, 2020, p.77).

Como Gohn (2008) retrata, os movimentos sociais têm um papel muito importante na história e na política do Brasil. São sujeitos que, por meio da sua força organizacional, impulsionaram diversas mudanças sociais. Historicamente, de acordo com Goss e Prudencio (2004), até o início do século XX, os movimentos sociais contemplavam apenas a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. Com o tempo, "os partidos e sindicatos perdem o lugar de protagonistas políticos para os movimentos populares que ocorrem no bairro, no espaço social de moradia". (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 77).

Ao trazer as discussões e lutas por um mundo melhor e sem desigualdades sociais, esses movimentos vão ganhando novos conceitos e formas que vão além de apenas os muros sindicais. Stompka (1998, p. 45) clarifica movimentos sociais, de acordo com os componentes subsequentes:

> (1) Uma coletividade de indivíduos atuando juntos; (2) O objetivo comum da ação e uma certa mudança na sociedade, definida pelos participantes da maneira similar; (3) A coletividade é relativamente difusa, com um baixo nível de organização formal; (4) As ações têm um grau relativamente alto de espontaneidade, assumindo formas não – institucionalizadas e não convencionais.

Ao adentrar na perspectiva de Stompka, verifica-se que a origem dos movimentos sociais no Brasil, de certa forma, está contextualizada em um cenário de violência e dificuldades de organização formal. Diante dessa conjuntura, Warren (2012) retrata que existiam duas possiblidades possíveis de resistência: a luta armada, mediante guerrilhas, ou o trabalho ilegítimo e escondido de conscientização para a democratização nas diferentes esferas da sociedade civil.

Nesse contexto, a Igreja Católica teve importante papel e, por meio das pastorais, apoiou e incentivou o surgimento de muitos movimentos que se engajaram política e socialmente para impulsionar possibilidades de conceber novos e diferentes atores para atuar nos movimentos sociais. (GERHARDT, 2020).

Desse modo, Warren (2012, p.24) explica que:

> Movimentos sociais, enfim, são redes sociais complexas, que transcendem organizações delimitadas e que conectam, de forma simbólica, solidarística e estratégica, sujeitos individuais e atores coletivos, que se organizam em torno de identidades ou identificações comuns, da definição de um campo de

> conflito e seus principais adversários políticos ou sistêmicos e de um projeto ou utopia de transformação social. As identidades e os conteúdos das lutas podem ser específicos (ambientalista, feminista, étnico, etc.) ou transidentitários (eco-feminismo, anti-racismo ambientalista, etc.).

Portanto, pensar em movimentos sociais é entender que são grupos constituídos por sujeitos ligados a causas políticas que estão em busca da construção e da manutenção das suas identidades ou identificações. Nesse aspecto, é preciso compreender que o sujeito deve se constituir em ator social, como Warren (2012, p. 47) explica:

> o autor não é aquele que age em conformidade com o lugar que ocupa na organização social, mas aquele que modifica o meio ambiente material e sobretudo social no qual está colocado, modificando a divisão do trabalho, as formas de decisão, as relações de dominação ou as orientações culturais. [...] Uma sociedade democrática é uma sociedade que reconhece o outro, não na sua diferença, mas como sujeito, quer dizer, de modo a unir o universal e o particular, uma vez que o sujeito é ao mesmo tempo universalista e comunitário e ser sujeito é estabelecer um elo entre esses dois universos, ensaiar viver o corpo e o espírito, emoção e razão.

Assim sendo, “os movimentos sociais contemporâneos não estão a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas lutam pela democratização das relações sociais”. (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 80). Por isso, é muito importante a participação dos sujeitos nos movimentos sociais para que eles se tornem atores e protagonistas nos espaços de discussões. É preciso consolidar as identidades coletivas, reforçar o sentimento de pertencimento e apoiar os simbolismos e místicas que cada grupo cultiva e também consolidar os projetos que dão vida e significação ao movimento, de modo que “é nesse espaço que o empoderamento político e simbólico das organizações de base local se constrói e se reconstrói de forma mais efetiva”. (WARREN, 2006, p. 124).

Diante dessa conjuntura, é possível afirmar que “os movimentos sociais possuem a capacidade de disseminar na sociedade novas formas de pensar sobre os problemas sociais”. (GOSS; PRUDENCIO, 2004, p. 88).

Ao atribuir novas formas de pensar, é preciso também ressignificar o papel dos movimentos sociais. Para Gohn (2013, p. 31), um movimento social que consegue permanecer é aquele que produz suas próprias identidades com base nas suas necessidades e desejos. Além disso, os movimentos sociais “constituem-se como um dos sujeitos sociopolíticos presentes no associativismo, no Brasil, porque foram e

ainda são as bases de muitas ações coletivas na sociedade brasileira, de modo especial, a partir de 1970". (GERHARDT, 2020, p.83).

Melucci (2001) aponta que os movimentos sociais são como sinais de anunciação de mudanças profundas nos processos que direcionam a sociedade.

> Os movimentos sociais contemporâneos são profetas do presente. Não tem a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se e lhe dão, assim, forma e rosto. [...] Uma consciência acrescida das possibilidades e dos vínculos da ação pode transformar a palavra dos movimentos em linguagem, cultura, relações sociais e pode fazer dos processos coletivos uma prática de liberdade. (MELUCCI, 2001, p. 21).

Entende-se, dessa maneira, que os movimentos sociais são meios de diálogo e visam a garantia de direitos que, muitas vezes, são negados pela sociedade.

Sob o prisma democrático, os movimentos sociais são redes de relações que estão ligadas ao campo social e político, em que a construção das identidades coletivas é moldada e constantemente baseada na troca, em acordos e deliberações entre os atores envolvidos.

Resultante da herança do processo de colonização portuguesa no Brasil, o alto índice de concentração fundiária no País é o que impulsiona a luta pela terra no território brasileiro. Contribuem para esse cenário os "mecanismos de atuação do Estado, sempre privilegiando o latifúndio e a monocultura, inicialmente com as Capitanias Hereditárias, posteriormente com as Sesmarias e a aprovação da Lei de Terras, criando bases para a formação do latifúndio". (FERNANDES, 2017, p. 55).

Diante dessa situação, os camponeses procuraram, de forma constante, se organizar em movimentos sociais e lutar para conseguir o acesso à terra. Ao longo do tempo, diversos movimentos sociais de luta pela terra surgiram, a citar os "Canudos e Contestado ocorridos no final do século XIX e início do século XX respectivamente, como forma de protesto encontrada pela população pobre e expropriada para o enfrentamento da situação". (FERNANDES, 2017, p. 55).

Nessa conjuntura de conflitos em busca da posse da terra, diversas ocupações foram realizadas e contaram com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), formada em 1975. Contudo, só é possível afirmar que os debates e a luta efetiva pela terra e pela reforma agrária se iniciaram em meados do século XX, por meio das Ligas Camponesas do Nordeste, e foram ainda mais evidenciadas com o aparecimento do MST, na década de 1980. (FERNANDES, 2017).

> A CPT fomentou alguns encontros nacionais no sentido de promover a reflexão sobre as lutas pela terra, mas vai ser em 1984 que acontecerá o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e com isso, consolida-se a articulação nacional das lutas pela terra, se até então tínhamos movimentos localizados e lutas isoladas a partir desse momento elas passaram a acontecer de forma coordenada. Neste encontro então nasce o MST, sendo também definidos os princípios do movimento. Organizado nacionalmente ele tem se apresentado como o movimento de maior importância social e política do país, responsável por colocar o tema da reforma agrária nos debates políticos. (ZENERATTI, 2012, p. 2).

Segundo Zeneratti (2012, p.1), "há uma gama de camponeses sem terra, esta é a receita da luta, os camponeses buscam território e os latifundiários a especulação fundiária. Sendo assim a reforma agrária assume relevância e os assentamentos rurais também".

Nesse aspecto, é preciso compreender o que é a reforma agrária, sendo que seu significado não tem uma definição, pois existem diversas interpretações e posturas ideológicas que abordam o tema. Em vista disso, alguns compreendem "a reforma agrária apenas como a desapropriação de terras, outros podem considerar também medidas como a doação, a regularização fundiária e o reconhecimento de assentamentos criados por estados e municípios". (COCA, 2013, p. 172). Além disso, "a reforma agrária deve ser entendida na perspectiva da conquista da propriedade da terra pelos camponeses, ocasionando uma melhora na sua qualidade de vida e consequentemente fortalecendo-o enquanto classe social". (COCA, 2013, p. 191).

Sobre as diferentes concepções a respeito da reforma agrária, Alentajano aponta o seguinte:

> [...] Existem duas correntes ideológicas do debate sobre a reforma agrária no Brasil. Um grupo considera os assentamentos rurais como sinônimo de reforma agrária e ao analisá-los elogiam ou criticam a reforma agrária em curso no Brasil; um segundo vê nos assentamentos uma política pública menos radical e abrangente que a reforma agrária e ao analisá-los busca apontar potencialidades e limites do processo em curso no Brasil. (ALENTAJANO, 2002, p.19).

Já Romeiro (2002, p.131) considera a reforma agrária com o sentido de "ampliar as oportunidades de emprego no campo, de modo a reduzir a pressão da oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho urbano-industrial". Fernandes esclarece que, no seu entendimento, a reforma agrária "não é uma política social redistributivista, porque a propriedade fundiária no Brasil sempre esteve concentrada

e tampouco é uma política de assistência social. A reforma agrária é uma política de desenvolvimento territorial". (2013, p. 85).

No que se refere a políticas públicas, na teoria, é papel do Estado garantir a reforma agrária e "de remover o obstáculo da propriedade privada capitalista em prol dos trabalhadores, mas a análise das propostas de governo indica um distanciamento irrefutável do que se propõe e o que se efetiva". (ZENERATTI, 2018, p. 152).

Diante de vários conceitos, é preciso analisar sobre qual ótica a reforma agrária é vista. Fernandes, faz uma reflexão muito pertinente sobre a relação da reforma agrária e o capitalismo:

> Desde a perspectiva capitalista, a reforma agrária é vista como uma política para pobres, como ajuda humanitária para os sem-terra, que através de um pedaço de terra, devem se capitalizar para se integrarem ao capitalismo e se tornarem moderno. Este modo de pensar procura convencer a sociedade que o agronegócio é o modelo moderno de desenvolvimento e o campesinato é uma forma residual, cuja sobrevivência está em questão. Este entendimento está associado à compreensão de que todos devem se unificar nas relações capitalistas, por estas serem a única via possível. Esta visão linear, além de extremamente limitada, é uma falácia. Evidente que nem todos os camponeses criados pelas políticas de reforma agrária conseguirão se integrar ao capitalismo. Alguns camponeses deverão ser transformados em capitalistas, outra parte seguirá como camponeses/agricultores familiares médios ou pobres e a maior parte será expropriada, desterritorializada. Este é o movimento desigual que faz parte da lógica das relações capitalistas. (2013, p. 82 e 83).

Sendo assim, a reforma agrária vai muito além de apenas uma ajuda humanitária de acesso à terra como muitos imaginam, ela "contribui para a correção dessa injustiça do capitalismo que destrói o campesinato, tornando a maioria esmagadora pobre e miserável, por se apropriar da riqueza produzida pelo trabalho, concentrando terra e poder". (FERNANDES, 2013, p. 84).

É válido destacar que a implantação da reforma agrária não é um processo simples que se baseia apenas na desconcentração fundiária, "é imprescindível eliminar a hegemonia do agronegócio sobre as políticas de desenvolvimento da agropecuária e reconhecer a importância das diferentes relações de produção, como a familiar, a associativa e a cooperativa". (FERNANDES, 2013, p 81).

Promover a reforma agrária é compreender todo o seu significado, que envolve muito mais do que apenas a redistribuição da terra, mas o desenvolvimento do campo enquanto meio ambiente, morada de famílias camponesas, promoção de qualidade de vida, produção de alimentos orgânicos, combate ao capitalismo desmedido,

agricultura sustentável, oportunidade de geração de renda e dignidade de vida.

No que diz respeito ao desenvolvimento, na reforma agrária, a terra é muito mais do que um território, para o campesinato ela “é lugar de produção e moradia, para o agronegócio, a terra é somente lugar de produção. Estas são características importantes para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial”. (FERNANDES, 2013, p. 94).

Diante do exposto, podemos compreender que a questão agrária está diretamente atrelada ao capitalismo, pois ela “é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”. (FERNANDES, 2013, p. 119). Assim sendo, é possível atenuar os problemas, diminuir suas proporções, mas não os resolver por completo. Nessa perspectiva, as políticas públicas são viáveis para abrandar a intensidade dos dilemas e das desigualdades.

Nesse panorama, Fernandes contribui explicando que:

> Pelo fato da questão agrária ser um conjunto de problemas inerentes ao capitalismo, para serem amenizados é necessário que se realize simultaneamente medidas de caráter político e socioeconômico. Efetuá-las é a questão da questão agrária, porque somente as lutas pela terra e pela reforma agrária não são suficientes para amenizar os problemas. Assim como, apenas, as políticas governamentais também não são eficientes. A questão não é só a distribuição da terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas. Esse é o sentido de se correlacionar forças políticas no plano dos conflitos no capitalismo. Políticas públicas eficazes se efetivam com a participação dos trabalhadores. Na inexistência dessa condição ou na implantação de projetos unilaterais, as lutas populares sempre foram fundamentais para o enfrentamento e as conquistas dos trabalhadores rurais. (2013, p. 120).

Portanto, a reforma agrária não é um fim em si. É necessário fazer uma leitura do todo e entendê-la como questão agrária, que envolve diversos fatores que são complementares, ou seja, envolve a terra, os trabalhadores, as lutas, a renda, o trabalho, a produção, os direitos, a cidadania, a questão social e econômica. É preciso que as políticas públicas estejam alinhadas e em conversa constante com os camponeses e movimentos sociais para a democratização do acesso à terra e a formação do campesinato.

4.2 CONTEXTO HISTÓRICO, SOCIAL E ORGANIZACIONAL DO MST E DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO

Nesta seção, situaremos historicamente o surgimento do MST no Brasil e no Paraná, trazendo o contexto da organização do Assentamento Oito de Junho.

4.2.1 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO BRASIL E NO PARANÁ

O aspecto socioeconômico oriundo das transformações vividas pela agricultura brasileira na década de 1970, período que também foi o mais rápido e intenso da mecanização da agricultura brasileira, foi um dos fatores determinantes para o surgimento do MST. (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Vários grupos de famílias e comunidades que viviam como arrendatários no sul do Brasil foram expulsos das terras e a sua mão de obra começou a ser substituída pelo uso das máquinas. Muitos deles, não tendo mais como trabalhar, migraram para os Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso em busca de oportunidades em regiões de colonização, outros, se dirigiram para as cidades atraídos pelo processo de industrialização. (STEDILE, FERNANDES, 2012). Diante desse cenário, resiste-se a partir da luta e busca-se novas formas de viver, tendo o campo como prioridade.

> Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída — o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem a colonização nem a ida para a cidade como solução para os seus problemas. Quer permanecer no campo e, sobretudo, na região onde vive. (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 19).

A modernização da agricultura que substituiu os trabalhadores por máquinas e impulsionou o êxodo de famílias inteiras, levou muitas pessoas a lutarem por suas terras e ideais. A busca pela reforma agrária significava “lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde, e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato”. (FERNANDES, 2008, p. 76).

É importante enfatizar que as lutas por acesso à terra em todo o País, nos anos 1978 a 1983, contaram com o apoio da CPT. Principalmente na região Centro- Sul, “a CTP apoiou as famílias camponesas que realizavam as ocupações de terra que deram origem ao MST”. (FERNANDES, 2012, p. 496). De acordo com os dados do MST (2021), disponíveis em seu site, o Movimento está atualmente presente em 24 das 27 unidades federativas, nas cinco regiões do Brasil e com cerca de 350 mil famílias.

Ao verificar seu histórico de luta, vemos que, formalmente, o Movimento tem a sua origem datada em janeiro de 1984, em uma solenidade na cidade de Cascavel/PR. O nome dado ao grupo está relacionado com a maneira que os integrantes se reconheciam, como agricultores e trabalhadores. Já a denominação “sem terra” foi se consolidando pelo uso da mídia ao fazer menção a esse público sobre suas lutas e manifestações. (CEZIMBRA, 2013).

> A gênese do MST normalmente é atribuída ao acampamento de Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta, RS, pelo impacto nacional que teve e simbolismo ao derrotar o coronel Curió, conhecido repressor de camponeses, designado para desmobilizar aquele acampamento. Ele foi derrotado por uma ampla mobilização social que viu nessa luta de resistência dos sem terra, antes expulsos da área indígena de Nonoai, uma oportunidade de enfrentar a Ditadura Militar. Devido ao amplo apoio social e a resistência das famílias, com a derrota do coronel Curió, é que a Encruzilhada Natalino simboliza o início do MST. (CEZIMBRA, 2013, p. 62).

Além do acampamento Encruzilhada Natalino, no Rio Grande no Sul, nos Estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, outras lutas de resistência estavam acontecendo em busca de indenização e acesso à terra, principalmente contra as construções de hidrelétricas que desalojaram muitas famílias de agricultores. (CEZIMBRA, 2013).

No Estado do Paraná, os agricultores que aderiram à luta foram inicialmente aqueles atingidos e que perderam suas terras pela construção da barragem de Itaipu. Por meio da ação “Movimento Justiça e Terra”, eles reivindicavam a indenização por suas terras.

Em 1981, diante das lutas da Itaipu, nasceu o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (Mastro). Depois deste, outros movimentos começaram a despontar, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná (Masten) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), além de outros. “Foram organizadas várias ocupações de latifúndios (Anoni,

Cavernoso, Giacomet-Marodin, Imaribo) em vários municípios paranaenses". (FABRINI, 2000, p.163).

Para ter uma melhor compreensão do MST, é válido destacar o conceito que Fernandes (2012) traz no livro *Dicionário da Educação no Campo*:

> O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses pobres — como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra — e diversos lutadores sociais para desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. (p. 496).

Em sua definição, além dos agricultores Fernandes contempla também como integrantes do MST os meeiros, os parceiros, os posseiros, os minifundiários e os trabalhadores assalariados. Independentemente da titularidade concedida e da posse da terra, todos os atores que vivem do campo e nele se sentem pertencentes e que buscam a reforma agrária e o desenvolvimento do Brasil por meio da luta pela terra estão inseridos no MST.

Dessa forma, "os objetivos estratégicos do MST são pela eliminação da pobreza e das desigualdades sociais". (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 163). Ou seja, as reivindicações vão além da ocupação da terra, buscam-se também condições que permitam opor-se às desigualdades sociais e à pobreza, pleiteando, assim, por acesso à educação, saúde, políticas agrícolas e infraestrutura social.

> A participação do MST nos avanços da Reforma Agrária e nas mudanças da questão agrária pode ser compreendida pelas palavras de ordem que enunciam as alterações na conjuntura agrária. De 1979 a 1983, o lema foi: "Terra para quem nela trabalha", influenciado pela CPT e pelas lutas por terra historicamente desenvolvidas na América Latina que partilhavam esse lema. Em 1984, no I Encontro Nacional, o lema foi "Terra não se ganha, terra se conquista". De 1985 a 1989, foram "Sem reforma agrária não há democracia" e "Ocupação é a única solução". Em 1989, o MST criou o lema "Ocupar, resistir, produzir", que se tornou muito conhecido, assim como sua bandeira criada no III Encontro Nacional, em 1987. As palavras explicitam as ações pela democratização do acesso à terra para trabalhar, produzir, viver dignamente. É a luta por um modelo de desenvolvimento territorial, na qual os camponeses enfrentam as formas de subordinação impostas pelo capital. Não aceitar a submissão e lutar pela autonomia tornou-se marca da identidade política do MST. (FERNANDES, 2012, p. 498).

De forma concomitante à afloração do agronegócio e às mudanças no contexto agrário, no final da década de 1990, o MST escolheu o lema "Reforma Agrária. Por um Brasil sem latifúndio". Com esse progressivo aumento do agronegócio, cresceram

também os conflitos, como, por exemplo, o massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, no Pará, e o assassinato de Valmir Motta, em 2006, no Paraná, na ocupação pela Via Campesina na área experimental da Syngenta Seeds. (FERNANDES, 2012).

Durante o V Congresso Nacional, o MST alterou o lema para “Reforma agrária, por justiça social e soberania popular”, que tinha como objetivo garantir a produção de alimentos pelas próprias pessoas e não deixar o agronegócio controlar a alimentação. A questão central é que “a luta pela terra passa a ser também uma luta pela comida. Estes são os dois dos principais elementos da questão agrária do mundo globalizado”. (FERNANDES, 2012, p. 498).

Além de sua trajetória, o que concedeu grande visibilidade ao MST foi o fato de ser uma organização coletiva camponesa com identidades diversas que agrega pessoas de todo o País e de ser um movimento popular. Nesse aspecto, Stedile e Fernandes esclarecem:

> Desde o início, todas as formas de luta que desenvolveu foram de massas, o que trouxe para dentro dele três características fundamentais. A primeira foi a de ser um movimento popular, em que todo mundo pode entrar nesse caráter popular, teríamos ainda uma subdivisão. De um lado, popular no sentido de que, dentro de família camponesa, vai todo mundo. Participam o idoso, a mulher e as crianças. Nesse ponto, ele se diferencia do sindicato, porque, tradicionalmente, somente o homem, adulto, participa das assembleias sindicais. Percebemos que aí residia a nossa força, pois o homem, além de ser machista, é conservador e individualista. O movimento, na medida em que inclui todos os membros da família, adquire uma potencialidade incrível. O adolescente, por exemplo, que antes era oprimido pelo pai, percebe que numa assembleia de sem-terra ele vota igual ao pai. Ele decide igual, tem o mesmo poder, tem vez e voz e se sente valorizado. A outra subdivisão do caráter popular [...] é que somos um movimento camponês que tem essa raiz da terra, essa ideologia em que entra todo mundo que queira lutar pela reforma agrária. Pode entrar o militante urbano, o técnico da Emater, o padre etc. Ninguém fica pedindo atestado de atuação. Isso também deu uma consistência maior para o MST. (2012, p. 34).

As ações realizadas pelo Movimento possibilitaram o desenvolvimento dos territórios camponeses em todo o Brasil, pois foi investindo em saúde, infraestrutura e produção, que o MST passou a ser bem quisto pela população por um lado e, por outro, odiado pelos ruralistas, que o descreviam como atrasado e subversivo em razão das suas ocupações de terras. (FERNANDES, 2012).

Quando se fala das lutas dos camponeses, é preciso entender o que eles buscavam, é necessário ter a compreensão de que a luta “é principalmente para conquistar uma fração do território, para entrar na terra que tem sido mantida

improdutiva, voltada para reserva de valor, é lutar para conquistar autonomia, negando a condição de expropriado". (ZENERATTI, 2012, p. 4).

A mais expressiva conquista do MST ao longo de sua trajetória e que se deu por meio das lutas é a obtenção de terras dos latifúndios que, hoje, pertencem a imensuráveis famílias e são denominadas território livre. (ZENERATTI, 2012). A significativa importância do Movimento possibilitou, além do acesso à terra como meio de produção, a subsistência, a geração de renda e também a retomada das identidades dos camponeses. Nesse aspecto,

> [...] o MST foi o maior responsável pela espacialização e territorialização da luta pela terra. Sendo assim, não podemos deixar de ressaltar a sua importância, pois se alguma reforma agrária está ocorrendo é fruto da luta cotidiana destes homens, mulheres e crianças. Neste sentido, os assentamentos rurais são porções do território reconquistado, onde há possibilidade do camponês se realizar como sujeito, e assim sendo, criar condições para sua reprodução. [...] O MST faz da luta pela terra não só uma forma de acesso a ela, mas sim, busca maneiras de promover os assentamentos. É por este motivo que tem crescido as formas de produção coletiva, bem como, a agricultura agroecológica, que não usa insumos industrializados elevando a qualidade dos alimentos produzidos. (ZENERATTI, 2012, p. 5).

Nas suas quase quatro décadas de existência, o MST enfrentou várias situações e processos que tentaram lhe destruir, distorcer seus objetivos, desmoralizar sua história e enfraquecer as suas lutas. As formas de reação e as tomadas de decisões foram muito importantes para rever e mudar as políticas agrárias, a produção de alimentos saudáveis, a diversidade de produção e a valorização da vida e da diversidade.

4.2.2 O ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO E ENTREVISTAS COM AS MULHERES CAMPONESAS

Tendo origem na data que leva o seu nome, o Assentamento Oito de Junho começou como acampamento. A ocupação inicial teve início no "Buraco", local que fica à beira do Rio Xagú. Às margens da rodovia federal BR 158, em 8 de junho de 1997, dezessete famílias ocuparam a Fazenda Rio Leão, no município de Laranjeiras do Sul, região Centro-Sul do Paraná. A área ocupada pelo MST correspondia a 1.400 hectares improdutivos. A Entrevistada 2 (2020) faz um relato acerca das dificuldades enfrentadas no período:

> *[...] a gente acompanhou um pouquinho no acampamento que é o que se formou o Assentamento do Ireno Alves, aí que eu conheci a luta do MST. A gente morava no Rio Bonito, no interior, aí depois, quando começou o nosso acampamento, o meu marido veio primeiro, veio em junho e eu vim em novembro com as crianças. O meu menino tinha 12 anos e a minha menina tinha 5, daí a gente esperou concluir o ano da escola ainda lá e daí eu vim em novembro. Acampamos em barraco de lona. Nós ficamos 4 anos e meio, isso na BR, daí para dentro da área, daí ia e voltava para BR, daí depois viemos para cá e daí fomos distribuímos por grupos. Daí veio 10 famílias para cá, aí acampamos de novo em barraco de lona [...] ficamos mais 1 ano mais ou menos, e daí dividimos os lotes. [...] chegou naquele tempo bastante famílias, na época tinha umas duzentas.*

O acampamento iniciado na beira da BR 158 atravessava a fazenda Rio Leão. Foi uma estratégia do MST justamente por ser uma área às margens da rodovia federal, em que não poderia ser solicitado despejo judicial pelo proprietário, além de ser uma fazenda sem produção, que contava apenas com algumas cabeças de cavalos e muares. (CEZIMBRA, 2013).

Com o passar do tempo, mais de duzentas famílias organizadas pelo MST integravam o acampamento. Em busca pelo sonho de conquistar um pedaço de terra, as pessoas acampadas se abrigaram em lonas, reunindo famílias completas compostas por homens e mulheres de todas as idades, de crianças até idosos.

Várias repressões e perseguições ocorreram no decorrer do tempo em que as famílias estavam acampadas, desde a polícia até pistoleiros da fazenda, ações que fizeram com que algumas pessoas desistissem do projeto de conquistar seu pedaço de terra. (FABRICIO, 2016).

É válido ressaltar que, da mesma maneira “como ocorreu em várias regiões brasileiras, o latifúndio Rio Leão que deu origem ao Assentamento, também foi adquirido inicialmente através de processos ilegais, trazendo em sua história a marca da expropriação do campesinato”. (FABRICIO, 2016, p. 99).

A história do Assentamento está diretamente relacionada à luta pela reforma agrária na região, pois, um ano antes, a BR 158 igualmente foi abrigo de mais de 3 mil famílias que se acamparam do mesmo modo e deram origem ao Assentamento Ireno Alves. Essa conquista foi combustível para as famílias permanecerem na luta em favor do avanço pela posse de suas terras. A seguir, a Entrevistada 1 (2020) nos auxilia nesse histórico:

> *Na verdade nós tinha um pedaço de terra, um alqueire e meio lá no Sete Quedas, ficava ali do Campo do Bugre para baixo, aqui em Laranjeiras, só*

> *que pertence para Rio Bonito do Iguaçu. Aí a gente morava lá, daí resolvemos acampar. Já tinha os outros acampamentos que estavam aqui no Ireno Alves, acampados aqui na BR. Daí eles saíram, foram para acampamento aqui onde é o Oito de Junho. Meu marido vinha para o acampamento e eu ficava com as crianças em casa, os dois mais velhos e então, no fim de semana o mais velho, ele ficava em casa fazendo o serviço eu vinha no acampamento junto com eles. [...] Quando precisava trabalhar nós dois trabalhava junto tipo boia-fria para ter as coisas porque era muito difícil naquela época. Depois da BR, antes de ser na fazenda lá embaixo, acho que ficaram 2 meses lá embaixo ou se não me engano, daí foi o despejo e voltamos para BR de novo. Ali ficamos acho que 6 meses, daí meio que nesses 6 meses eu vim pro acampamento também para ficar com a família e abandonei lá embaixo, só ia lá para tratar os bichos que nós tinha lá. [...]. Depois saiu o decreto que nós ia ganhar os lotes, daí cada um se esparramou para qualquer lugar.*

Conforme Cezimbra (2013), entre 1996 a 2003, somando todos os acampamentos, foram contabilizadas mais de 8 mil famílias que ocuparam áreas na região, sendo a principal o latifúndio Giacomet-Marodin, atual Araupel.

> Assim, após três anos de acampamento e um fluxo muito grande do número de pessoas acampadas, com muita pressão por parte dos camponeses organizados pelo MST, a então Fazenda do Rio Leão foi desapropriada pelo INCRA, no dia 11 de novembro de 1999. Foram assentadas 74 famílias no projeto, sendo algumas da região Sudoeste do Paraná, outras da própria cidade de Laranjeiras do Sul e um grupo oriundo de Concórdia, no Estado de Santa Catarina. (FABRICIO, 2016, p. 101).

Vale destacar que cada família foi contemplada com 14 hectares em cada unidade de produção. Atualmente, 71 famílias estão assentadas no Oito de Junho, sendo que as outras três:

> foram realocadas para o assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu, visto que os assentados, juntamente com o INCRA, concordaram em doar parte do terreno do assentamento, 3 lotes, para a construção do campus da Universidade Federal da Fronteira Sul. (CEZIMBRA, 2013, p. 71).

A localização do Assentamento Oito de Junho, cortado pela rodovia BR 158, a 8 km de distância da cidade de Laranjeiras do Sul e próximo da UFFS, é um fator que facilita a comercialização dos seus produtos. Ainda assim, o Assentamento mantém as características da vida e as identidades camponesas.

Conforme debatido anteriormente, o desenvolvimento rural sustentável e a agroecologia são temas não apenas teóricos, mas vivenciados na prática pelas famílias assentadas. Ao fazer uso da terra conquistada, as famílias e a comunidade como um todo buscam a promoção social, a valorização dos sujeitos e o desenvolvimento pessoal e territorial.

As lutas em nome da conquista pela terra marcaram para sempre todas as famílias envolvidas e fazem com que todos ainda carreguem preocupações conjuntas em relação a meio ambiente, comunidade, cooperação, soberania alimentar, sustentabilidade, associativismo e a garantia dos direitos sociais em harmonia com a natureza.

Nos próximos tópicos, serão abordados de forma mais específica as mulheres camponesas do Oito de Junho, seus cotidianos e suas relações com a agroecologia e desenvolvimento rural sustentável.

4.3 REFLEXOS E DESAFIOS DA CONTRIBUIÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS PARA A AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Refletir sobre a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável vai muito além de apenas conhecer suas teorias, conceitos e discussões. Saber como eles acontecem, como são vivenciados na prática e no cotidiano das pessoas que os aplicam é o que realmente possibilita a compreensão, permite descobrir os desafios, a viabilidade, as recompensas e como são entendidos pelos atores e atrizes que os praticam.

A participação das mulheres camponesas em defesa de uma agricultura consciente e saudável como modo de vida sempre foi algo presente na agroecologia e na luta por um desenvolvimento rural, de fato, sustentável.

As mulheres veem além da produção, olham para a terra como fonte de saúde, cuidado, pertencimento e união. É da terra que provém o sustento e é pela terra que a família luta, se estrutura, se mantém unida, cria vínculos com a comunidade, batalha por ideias, retoma a história e constrói o futuro.

> A agroecologia representa a base científica da construção de uma lógica de agricultura que confronta a agricultura industrial e capitalista, que é o modelo ainda hegemônico, embora já integre a crise geral do capitalismo. [...] A agricultura contraposta não tem um modelo único. Ela tem as variações próprias, à diversidade e à história de seus sujeitos, mas se desenvolve, na diferenciação, desde um mesmo pressuposto: a necessidade de produzir um modo de fazer agricultura com a natureza e não contra ela; para e pelo ser humano, e não contra ele. Uma agricultura em que especialmente os alimentos possam ser fontes de saúde, de alegria, de vida, como direito de todo ser humano. E que projeta a construção de novas relações sociais de produção. (CALDART, 2016, p. 2).

O modo de viver das mulheres encontra na agroecologia lugar propício para se desenvolver. Preocupadas em oferecer para as suas famílias e para si uma vida saudável e respeitosa com a natureza, as mulheres do Assentamento Oito de Junho têm uma compreensão própria e muito especial sobre cultivo de alimentos, cuidados, produções sem agrotóxicos, trabalho e modo de viver.

4.3.1 MULHERES CAMPONESAS DO ASSENTAMENTO OITO DE JUNHO — HISTÓRICO E COTIDIANO DE VIDA

Das mais variadas formas, as mulheres são relacionadas à produção e à reprodução da existência, principalmente na defesa da vida, no cultivo da terra, na autossustentação da família e no cuidado com a propriedade e a criação. Nesse sentido, reforçamos que “a essência do feminino está na vida e as mulheres são guardiãs da vida e da biodiversidade, principalmente, quando falamos em mulheres camponesas”. (HADICH, BASTIANI, 2017, p. 138).

A relação com a terra é primordial para as mulheres camponesas. Muitas vezes, de maneira tímida e discreta, elas estão plantando, colhendo, atuando nas lutas, cultivando o sonho do acesso livre à terra e podendo desfrutá-la com seu trabalho. Após muitas batalhas, as mulheres camponesas conquistaram seus direitos de serem reconhecidas como trabalhadoras e muito disso se deu por meio dos movimentos sociais que valorizaram as mulheres como sujeitos políticos, com vez e voz, rompendo a barreira da invisibilidade. (MARQUES, 2017).

É importante destacar que “as mulheres trabalhadoras rurais frequentemente estão presentes nas lutas sociais dos agricultores brasileiros, embora nem sempre sua participação seja reconhecida”. (SILIPRANDI, 2015, p. 112). Quando nos referimos ao Assentamento Oito de Junho, entretanto, o grupo de mulheres da comunidade se destaca. Presentes e atuantes ao longo de toda a trajetória do Assentamento, que contempla também a época do acampamento, a organização e a atuação das mulheres foi fator preponderante. De acordo com a Entrevistada 5 (2020):

> *[...] Cheguei no acampamento na BR e eu me senti em casa! Eu me senti bem, eu fui acolhida pelo povo. Na comunidade que a gente vivia não tinha isso, a solidariedade do povo. [...] Daí quando meu marido pediu se tinha vaga*

> *ainda eles falaram que tinha, aí eu falei para ele: "se tu quiser ir para casa buscar as coisas eu já fico aqui nem vou mais para lá". [...] e acabamos ficando ali, já começamos a fazer parte da organização do acampamento se envolvendo em tudo. Então, assim desde o início, a família toda se envolveu. As crianças cresceram no acampamento. O mais novo tinha 3 e hoje está com 27.*

A força e a determinação das mulheres na luta e na busca pela construção do Assentamento Oito de Junho podem ser percebidas por meio dos relatos das Entrevistadas. Sempre atuantes, as mulheres abriram mão da vida que tinham, se instalaram com filhos pequenos debaixo de lonas à beira da rodovia, passaram por diversas adversidades e necessidades, mas sempre acreditando no sonho de conquistar a terra e compartilhar essa realização com a família. Com muita emoção, a Entrevistada 5 (2020) relata o dia da assinatura do contrato: *"Lembro que nós quatro saímos, nós morava num barraquinho na beira do mato, fomos lá em cima, assinamos o contrato e ajoelhamos na terra, agradecemos muito a Deus pela conquista".* A partir desse relato, nota-se a relação com a religiosidade e a crença em um Deus que as auxilia nos momentos difíceis. A religiosidade como vivência também se relaciona com o cotidiano de vida, influenciando valores e modos de ser e ver o mundo.

> A religiosidade acontece na experiência cotidiana da vida, na relação com o mundo, com o transcendente, com a sociedade, com a natureza e consigo mesmo. Essa religiosidade que perpassa a vida concreta das pessoas e das culturas influencia as suas relações, suas concepções, seus valores, seus conceitos, suas atitudes, seus pensamentos e suas emoções. (CASTRO, 2010, p. 256),

Percebe-se ainda, nesse contexto, a influência da Igreja Católica na organização e no apoio ao MST, conforme nos relata a Entrevistada 3 (2020):

> *A gente foi influenciado pelos padres que tinha na época no Rio Bonito do Iguaçu. Nós, na verdade não queria, daí meu esposo e o irmão dele já vieram logo. E nós resistimos um pouquinho ainda, daí o padre da época veio lá em casa, conversou com o meu esposo, conversou comigo, que a mais resistente era eu, né? Eu tinha medo dos "sem terra" porque a gente não sabia, não conhecia. Então eu tinha um receio, um medo, sabe? Mas depois, só entrando no meio e sabendo como que é, daí a gente vai ver quanto que é bom, quanto que é válido.*

No cotidiano de vida das mulheres camponesas, a luta pelo acesso à terra aparece como tema central. É uma conquista que vai muito além da realização de um sonho, pois *"se teve uma conquista é porque teve luta. Em todas as lutas nós*

estivemos e com muito gosto. E sempre vamos estar". (ENTREVISTADA 5, 2020). É uma vitória que possibilita a garantia de uma vida saudável, de alimentos produzidos de forma cuidadosa e consciente, de trabalho em família, do contato com a natureza, a segurança de um lar para chamar de seu e cuidar.

Cada uma das mulheres que foi para o acampamento levou consigo na bagagem uma história de vida única. Nem todas eram envolvidas nos movimentos sociais ou conheciam a luta em favor da reforma agrária nas suas vivências. Vindas de vários locais, com diferentes compreensões sobre o MST e a realidade do acampamento e dos "sem terras", tinham expectativas do que encontrar e de como fazer, conforme relata a Entrevistada 3 (2020):

> *Pra gente que não conhecia nada de acampamento, que não sabia nada como que era, foi difícil no início, mas a gente vai aprendendo no decorrer dos dias. É bom! Depois a gente aprende tanta coisa nova, a convivência, porque vem povo de tudo quanto é lugar. Ali nesse nosso acampamento tinha gente de Santa Catarina, do Paraguai, de São Paulo, então era assim sabe, bem bom. A gente aprendeu muita coisa ali, muitas coisas que a gente nem imaginava que acontecia, que existia.*

Assim como para muitas mulheres o envolvimento com a realidade do MST foi uma situação nova, outras nasceram em meio a esse cenário e são frutos de pais assentados que, desde cedo, atuam na militância e em prol do MST, que trazem em suas identidades a proximidade com os movimentos sociais, como é o caso da Entrevistada 4 (2020):

> *Eu sou filha de assentados da região Sudoeste do Paraná, município de Mangueirinha. No ano de 2001, meus pais fizeram uma troca de lote, uma permuta do Assentamento que a gente morava em Mangueirinha pro Assentamento em Rio Bonito do Iguaçu. Então, eu morei vários anos em Rio Bonito do Iguaçu, depois morei na cidade de Laranjeiras do Sul, onde desenvolvia as atividades de militância do MST e do Ceagro, daí tinha que se deslocar, ficar mais pro mundo do que em casa. Eu vim pra cá depois que me juntei com meu companheiro. Então, já vai fazer 6 anos que eu estou aqui.*

A maioria das mulheres que compõe o grupo do Assentamento Oito de Junho é de esposas, mães, donas de casa e agricultoras que têm muito orgulho da sua história e do seu cotidiano. São mulheres fortes, que se entregaram às causas do MST, buscaram capacitações, aprendizados, conhecimentos e se uniram cada vez mais em propósitos em benefício da comunidade e de suas famílias. *"No começo foi bem difícil. Quando eu comecei a sair, tinha criança pequena e minha filha já começou*

a participar junto, ela tinha 6 anos a primeira vez que ela foi para Brasília. Ficamos lá 15 dias acampados nos barracos sobrevivendo". (ENTREVISTADA 2, 2020). Com esse relato, observa-se que, para as mulheres, os desafios eram maiores, pois sob a responsabilidade delas estava o cuidado dos filhos e também o desejo de participar ativamente das lutas.

Por muitas vezes incompreendidas, as mulheres do Assentamento Oito de Junho já escutaram duros julgamentos de quem vê de fora e imagina como é a realidade das famílias acampadas em luta pela terra.

> *Até uma vez eu questionei uma menina, nós estávamos em uma reunião da Pastoral da Criança e ela falou assim, não me lembro bem como que foi o que ela quis comparar, mas era que as mulheres dos sem terra não pensam na família, não pensam nos filhos que levam pra sofrer debaixo da lona. E daí eu peguei e levantei e falei: não, eu acho que é pelos filhos que a gente faz isso, a gente não pensa na gente. Quem menos sofre nos acampamentos é as crianças, elas estão livres!* (ENTREVISTADA 3).

As formações e o grupo de mulheres sempre foram uma realidade, desde a gênese do Assentamento enquanto as famílias ainda se encontravam acampadas.

> *Depois desses 4 anos, eu fiz muita formação, participei de muito encontro, de muita viagem interna dentro do acampamento também. [...] nós fazíamos encontro de mulheres.[...] A primeira reivindicação do nosso grupo de mulheres, que nós se reunia nas quartas-feiras de tarde, tinha um barracão de lona que fazia sombra das árvores, fizemos que todas as famílias que tinham homens tinha que trazer as mulheres e as crianças para o acampamento, que não era justo ter uns e outros não. Hoje pensando, né, não precisava ter sido tão radical, mas nós achava que assim que se fortalecia. Mas é bom passar por esse processo de acampamento, não vim depois quando já tá tudo pronto. [...] e a gente não parou mais, tanto na organização interna com as mulheres, as mulheres e crianças na época, e era assim muito discutida a saúde e educação em primeiro lugar.* (ENTREVISTADA 2, 2020).

A construção e a solidificação do grupo de mulheres fortaleceram a comunidade como um todo. A junção de saberes, o compartilhamento de habilidades e vivências foi moldando o seu cotidiano. Após a instalação das famílias nos lotes, o grupo de mulheres começou a se reunir com menos frequência, mas sem parar com as atividades e o contato entre elas:

> *[...] quando veio cada um para seu lote tinha que fazer a casa, plantar, daí já veio a vaquinha de leite, daí já tinha serviço. A gente começou a se reunir com as mulheres uma vez cada mês, porque daí tinha muita coisa pra fazer, atender a família, mas as mulheres em casa continuaram igual a fazer*

> *artesanato, costura, que a gente fazia muita rifa na época pra comprar mais material, mas continuou, só que continuou uma vez por mês só, mas sempre mantivemos os encontros*. (ENTREVISTADA 2, 2020).

Inseridas em uma realidade de vida camponesa, o cotidiano das mulheres do Assentamento Oito de Junho, tema deste estudo, foi se contextualizando a partir dos afazeres e serviços da casa, das atividades familiares, da criação dos filhos, dos encontros do grupo de mulheres e dos eventos ligados à comunidade.

Por muito tempo, a atividade leiteira foi considerada como trabalho da mulher, mas com a emergente fonte de renda derivada desse fazer, tornou-se ofício dos homens também. Em um dos relatos, percebe-se a importância que a atividade leiteira tinha no cotidiano da família como um todo.

> *A gente levantava às 5 horas, esperava clarear o dia e nesse meio a gente tomava chimarrão, o café, e ia pra fora lidar com a criação. Nós tinha de 8 a 10 vacas, tirava o leite, era puro piquete ali pra cima na roça, cada dia mudava de piquete as criação, arrumava as criação pra cima, daí ia arrumar o leite no resfriador, lavava a estrebaria, deixava tudo limpinho.* (ENTREVISTADA 1, 2020).

Verifica-se, por meio do relato detalhado da Entrevistada 1 (2020), o quanto o curso da vida e dos dias de toda a família era ditado de acordo com a atividade laboral leiteira. Desde o levantar antes do sol, até o fato de ter que adaptar as saídas de casa para atender as obrigações em torno da atividade leiteira.

As tarefas diárias, contudo, iam além, desde o trabalho na roça, até o trabalho doméstico e o retorno com as vacas. Conforme a Entrevistada 1 (2020):

> *Tinha um monte de terneiro e tinha que distribuir nos pastos, daí a gente vinha pra cima aqui, pegava e ia pra roça carpir até 10 horas por aí, plantava o que fosse necessário fazer e voltava, fazia o almoço e, nesse meio tempo, já lavava roupa também. Depois do meio dia, lavava a louça e eu limpava a casa, até 2 horas por aí mais ou menos. Depois, a gente ia pra roça, daí os piás ajudavam também de tarde porque de manhã estudavam, até por ai 5 e meia, 6 horas. A gente voltava e era a mesma rotina, as vacas, tratar elas, tirar o leite, arrumar o leite no resfriador, levar pra estrebaria outra vez, depois vinha pra dentro tomava o banho, fazia a janta, tomava chimarrão e era isso.*

Nota-se, também, que o entretenimento (lazer) está relacionado à vida em comunidade. *"No fim de semana já era um pouquinho mais tranquilo, sábado, a gente fazia a faxina da casa de manhã e à tarde descansava. No domingo, a gente saía passear um pouco. [...] A gente ia nas festas, as no Oito de Junho".* (ENTREVISTADA

1, 2020). Cabe salientar que, para as famílias do campo, o convívio e os laços de amizade se fortalecem nas relações sociais e culturais. (ANDRIOLI, 2016).

Algumas questões, no entanto, foram se modificando com o tempo. Muitas mulheres já estão aposentadas e relatam que as suas lidas do cotidiano sofreram alterações, com isso, passaram a usufruir mais de um descanso nas lidas pesadas da agricultura. Conforme a Entrevistada 1 (2020), *"[...] hoje já é mais tranquilo. [...] A gente tem só uma vaquinha de leite, levanto cedo, tiro leite, tomo chimarrão, faço o que tem que fazer, umas carpidinhas e uma lidadinha ali pra fora".*

É na ciranda do cotidiano que a vida ganha forma e vai criando laços. Conforme a vida vai acontecendo, as relações vão sendo construídas e reconstruídas, as vivências compartilhadas e os saberes ressignificados. A rotina de trabalho vai sofrendo alterações e a vida também. Dessa forma, dentro da realidade camponesa em que estão inseridas, as mulheres vão tecendo as suas histórias.

Nas tarefas do dia a dia, o cotidiano vai sendo escrito e transformado. Não existe uma rotina estabelecida, mas sim, os afazeres que precisam ser cumpridos. Cada dia tem a sua urgência e o ritmo do cotidiano vai seguindo os acontecimentos:

> *Eu acordo às 5 e 40, 6 horas, e primeiro faço o chimarrão. Daí a gente toma chimarrão até umas 6 e meia e cada um vai para as suas tarefas. Quando tem que ir pro Oito de Junho, quando é, por exemplo, merenda escolar, tem que ir todo dia, senão três vezes por semana. Daí eu vou segunda-feira, tipo, por exemplo, encaminho a produção e, mais ou menos, umas 8 horas estou em casa. Daí vou pra horta. Na horta sempre tem o que fazer e você nunca faz tudo, tem dias que fico até umas 11 horas, daí venho, tomo um banho, vou pro chimarrão, faço o almoço. Tem dias que eu descanso um pouquinho e tem dias que não. Se eu tenho conserva pra fazer, por exemplo, já colhi o pepino de manhã, já lavei, daí lá por 1 hora já estou fazendo as conservas, tô molhando flor, limpando casa ou, às vezes, à tarde já vou lá na Cooperjunho, e quando é umas 5 horas eu saio pra fora de novo, vou pra horta ou achar alguma coisinha pra fazer. Só que de tarde não rende muito, mesmo 4 e meia, 5 horas é muito quente. Então, na parte que pega sombra, a gente acha alguma coisa pra fazer, vai colher pimenta, tomate. Tem dias que é bem puxado, que tem que carnear frango, tem uns dias que eu não sento de meio-dia, depois do almoço. Tomo chimarrão e já emendo e vai até de noite.* (ENTREVISTADA 2, 2020).

Na descrição sobre o cotidiano, percebe-se que as mulheres executam seus afazeres, sentem as dificuldades das lidas diárias, mas também trazem constantemente o reflexo da luta por uma vida mais digna no campo. É nesse ponto que o cotidiano e o pertencimento se encontram, visto que "[...] cotidiano não representa uma instância separada de algumas instâncias da dinâmica da vida e reservada a outras". (STRÖHER, 2008, p. 215).

Mesmo cada família tendo sua rotina, suas plantações e criações, os serviços incumbidos às mulheres camponesas são sempre muito parecidos. Os afazeres domésticos e cuidados com a família se mesclam com as atividades do campo, as mulheres estão constantemente realizando mais de uma atividade ao mesmo tempo:

> *Eu gosto de levantar cedo, hoje mesmo era 4 e 40 e eu levantei, senão 5 horas eu levanto, vou pro banheiro, escovo os dentes, lavo o rosto e vou pro meu galpão, faço o fogo, inicio o café pro pessoal, daí todos nós tomamos, arrumo chimarrão, tomamos chimarrão e café e vamos se virar. Ponho a roupa bater, vou tratar meus bichos, meus frangos que eu sempre lido, daí a gente se envolve assim, vai um pouco lá na horta, na roça, onde eles estão eu vou e, às vezes, venho pra casa às 10 e 30, 11 horas pra fazer almoço. Enquanto faço almoço, eu estendo roupa. Daí como tem a casa e o galpão, eu passo o dia inteiro andando, chega à noite e as pernas véia tão danada. Daí você vê, por isso que, às vezes, a mulher ela faz muita falta nessa questão da horta, de roça, porque eu avalio que se a mulher vai pra horta, tem planta lá. E se ela deixa um pouco de ir, eu vejo por nós ali, daí se envolve em outras coisas e acaba por não fazer. A diferença que faz a mulher, desse pouquinho que, às vezes, vai lá na roça significa um monte. [...] Mulher nunca tá fazendo uma coisa só, é tudo ao mesmo tempo. Às vezes, as pessoas não enxergam essa questão. Pensam, ah, porque não ficou o dia inteiro na roça, fulana foi só tantas horas por dia, é o dia inteiro que não aparece. É muito interessante esse peso que tem a mulher, mesmo se dividindo sobra mais pra gente o serviço*. (ENTREVISTADA 5, 2020).

Ao refletir sobre o modo de vida das mulheres, percebe-se que há uma relação direta com o meio ambiente e a terra. A terra, as árvores, a horta, os pássaros e a produção de alimentos são fatores presentes e fundamentais do cotidiano.

Ser camponesa não diz respeito apenas ao fato de a moradia da família estar inserida na área rural, mas também de pertencer ao campo, ao meio ambiente natural, de ter o modo de vida relacionado com as identidades. As mulheres entrevistadas foram questionadas sobre como elas se definem, se camponesas ou agricultoras, e o que se verificou é que mais abrangente do que a nomenclatura adotada é a relação do pertencimento ao meio rural: "*A gente não briga por isso, de ter um nome. Agricultor familiar, colono. A gente é da roça. A gente é da produção*". (ENTREVISTADA 2, 2020). O entendimento delas sobre o que são ou sobre a terminologia adotada não tem tanta importância, o que, de fato, para elas é relevante é estarem associadas à produção:

> *Eu queria ser uma camponesa, uma agricultora camponesa. Sabe aquele camponês que consegue produzir tudo? O camponês não quer dizer que seja jogado. [...] Hoje, o pessoal pensa que o camponês é aquele coitado lá, mas o camponês é aquele que produz tudo para o sustento. [...] Eu me defino como camponesa*. (ENTREVISTADA 5, 2020).

É possível identificar que o ponto de vista sobre a nomenclatura “camponesa” ou “agricultora” está relacionado à concepção da palavra, pois, de acordo com a explicação da Entrevistada 4 (2020), camponês

> *[...] é um termo mais amplo, alinhado com o que a gente defende como MST em relação ao trabalho com a terra, agroecologia. Tem um sentido político, ideológico, uma concepção de mundo, de produção, de sociedade. Posso dizer, então. que eu estou aprendendo a ser camponesa.*

A ligação com a roça e com o modo de vida no campo é algo tão presente na vida dessas mulheres que é passado de geração a geração. “*A mãe e o finado pai sempre foram da roça e a gente sempre continuou, desde criança, a gente se criou e acho que vamos morrer aqui, não me vejo morando na cidade, eu gosto do interior, não troco por nada”*. (ENTREVISTADA 1, 2020).

O sentimento de pertencimento ao campo é presente nas falas e reflete a sensação de acolhida e paz, como se a cidade fosse algo distante, a última opção e alternativa em casos de não poder ter escolha. *“E eu sempre digo, eu na cidade só se me colocarem lá e eu não puder sair. Acho que não me acostumaria na cidade, eu sou agricultora, meu lugar é na roça*”. (ENTREVISTADA 2, 2020).

As identidades relacionadas ao modo de vida são tão fortes e presentes que a sugestão de mudança do campo para a cidade é algo que causa sensações de aversão:

> *Sinto um desespero total. É uma coisa que tá em nós. [...] E olha que eu me criei na cidade, saí da cidade com 19 anos, hoje eu fico lá só se precisar. Pra você ter uma ideia, eu não vou no mercado, eu jogo pro esposo ir. Não me sinto bem! Não sei o que seria de mim se tivesse que morar na cidade, acho que não ia acostumar e morrer logo.* (ENTREVISTADA 5, 2020).

A relação de familiaridade das mulheres com o meio ambiente natural está pautada pelo cuidado que envolve a vida e a terra, pois “o cuidado com a vida, com o cultivo e com o preparo dos alimentos e a perpetuação da espécie de modo saudável e sem venenos é uma luta constante das mulheres agricultoras”. (ANDRIOLI, 2016, p.125).

Relacionar meio ambiente natural, pertencimento e vida é algo primordial para as mulheres. A variedade de espécies, de cores e sabores é que dá significado. *“Eu acho, assim, que a maior riqueza que eu vejo num sítio, num lote, é a diversidade.*

Desde cachorro, gato, tudo essas coisas. Se não tiver tudo isso a gente não é um camponês. Essa diversidade que tem que encanta a gente". (ENTREVISTADA 5, 2020).

A multiplicidade de plantas, flores, sementes e criações é que vai compondo os espaços, conferindo identificação e pertencimento. A busca por espécies sortidas se torna um espaço de lazer que acaba se manifestando naturalmente, como se nota na fala da Entrevistada 5 (2020): *"se eu vou na casa de uma conhecida e vejo uma plantinha, eu já quero uma mudinha".*

Na diversificação das espécies cultivadas, percebe-se que o cuidado com o ambiente da casa, a harmonia, beleza e cor revelam que a vida que a natureza das plantas exala proporciona aconchego às mulheres camponesas. Em todas as residências, a presença de flores, plantas, arborização e animais era um fato em comum, predileção e opção das mulheres, o que acaba proporcionando identificação e união em um ponto em comum, dado que "[...] a identificação é construída a partir do reconhecimento de alguma origem em comum, ou características que são partilhadas com outros grupos ou pessoas, ou ainda a partir de um mesmo ideal". (HALL, 2012, p.106).

Nesse aspecto, se nota a questão do cuidado. Ao cuidar da natureza, da terra, do ambiente que as cerca, elas cuidam também da família e delas mesmas. "O cuidado se aproxima da ética e faz emergir valores e atitudes de relação com o outro que é diferente de mim, mas não desigual; o "eu" se constitui a partir do outro". (ANDRIOLI, 2016, p.126).

O cuidado que se manifesta em práticas do cotidiano é uma consideração em proporcionar bem-estar e preocupação com quem o faz e com quem recebe, pois "o cuidado precisa ser compreendido como uma atitude que resulta em ações que beneficiam aquele que é cuidado por ele mesmo". (DALL'AGNOL, 2010, p.33).

Conforme apontado nas falas anteriores, os afazeres das mulheres vão muito além do espaço que compreende a casa. Seu cotidiano está diretamente ligado também às produções de renda da família, bem como da comunidade. Sendo que:

> A participação das mulheres enriquece, embeleza e engrandece as organizações. Por isso, mulheres, mães, camponesas, companheiras, militantes, dirigentes, todas essas facetas e qualidades desenvolvidas pelas mulheres devem ser potencializadas e colocadas no sentido da organização e do fortalecimento da participação delas a começar pelo rompimento com a organização convencional da divisão de tarefas no campo e a desvalorização

> dos trabalhos ditos femininos, pois as mulheres devem ser valorizadas pelos trabalhos de produção de alimentos saudáveis e podem transformar tal tarefa em geração de renda para toda a família. (HADICH, BASTIANI, 2017, p.143).

A presença das mulheres no Assentamento Oito de Junho é valorizada e reconhecida como uma força de liderança. As mulheres são participativas em todos os aspectos que contemplam a comunidade e buscam sempre relacionar suas conquistas, modos de vida e planejamento do futuro com a história vivenciada pelo grupo, pois compreendem que *"a partir do momento que nós se esquecer da nossa história, nós se perdemos*". (ENTREVISTADA 5, 2020).

4.3.2 AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Envoltos nas práticas cotidianas e nos modos de vida, a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável são conceitos vivenciados pelas mulheres e suas famílias. Por isso, conhecer a agroecologia é saber que ela é:

> [...] o conjunto de princípios e técnicas que buscam integrar as formas de produção, a preservação dos recursos naturais, a vida e o trabalho das pessoas no campo. Essa visão de conjunto também tem a ver com produzir alimentos mais saudáveis através de relações sociais mais igualitárias e respeito ao meio ambiente. A proposta da agroecologia combina conhecimentos e formas diferentes de uso do espaço e do tempo. Da mesma forma, valoriza a combinação sem desigualdade, das atividades produtivas e reprodutivas. (SOF, 2006, p. 70).

O saber popular encontra terreno fértil nas mulheres do Assentamento Oito de junho e se manifesta nas suas falas, mas, principalmente, nas suas ações, visto que "a agroecologia se constrói na concretude da vida, enfrentando e superando desafios, reconstruindo e ressignificando a cultura e valores, como a entre ajuda e a socialização de conhecimentos e saberes construídos historicamente". (RODRIGUES, 2018, p. 38).

O entendimento e o cuidado com o meio ambiente natural, principalmente com o espaço da casa, e com os alimentos de consumo da família, são princípios passados de geração a geração, o que fica claro quando a Entrevistada 2 (2020) conta que "*a gente já trouxe isso de casa, já vem de geração porque a mãe já dizia que no arvoredo e na horta, veneno não pode passar*".

Ao perguntar para as mulheres qual seu entendimento sobre agroecologia, percebe-se o quanto o saber popular é rico em detalhes e que, na sua simplicidade, se tornam tão grandiosos. A Entrevistada 5 (2020), nos ensina que a agroecologia é:

> *[...] defender a vida. Porque veja, nós estamos num meio de destruição e nós estamos tentando resistir. Pra todo lado é cercado de veneno, aqui e ali, e nós aqui no meio tentando que desse pedacinho de terra aqui saia vida, que a gente pode dizer: eu vou te arrumar um pato, mas sei que nesse pato tem carinho, tem amor, é outro cuidado, outro sabor.*

A compreensão de que a vida está relacionada com todo o processo de produção, do preparo da terra ao acesso final do alimento, bem como a preservação de todo o entorno da propriedade, é algo muito claro para as mulheres. "*Manter a agroecologia é manter as árvores, os matos, o verde, é a água saudável. É um conjunto"*. (ENTREVISTADA 2, 2020).

Não há como se referir à agroecologia e não fazer um paralelo com a vida. Em outras palavras, a Entrevistada 4 (2020) define agroecologia como, "*uma forma de viver e de produzir a existência, uma relação que seja mais saudável e harmoniosa entre os seres humanos e a natureza".*

Começar a desenvolver as práticas agroecológicas foi, e ainda é, um processo que demanda tempo e muita persistência não só das mulheres, mas da família como um todo. Seja, ainda, por falta de entendimento da sociedade, bem como o incentivo do sistema capitalista e da globalização por produções na área convencional, o desestímulo e as opiniões desacreditadas a respeito da agroecologia são constantes. "*Uma vez um cara falou pra nós: vocês com esse projeto aí! Eu sempre digo: é melhor morrer envenenado do que morrer de fome!"* (ENTREVISTADA 5, 2020).

A transição para a agroecologia é um processo moroso e exige a adaptação de toda a família. Um dos principais propulsores para a mudança do cultivo convencional para o agroecológico são os malefícios do veneno para a saúde. A Entrevistada 3 (2020) ressalta essa transição e a preocupação com a saúde da família.

> *[...] a gente viu que o veneno não dava certo com nós. Aconteceu também nessa época que a filha não estava bem de saúde, foi piorando e a gente viu que a doença que ela tinha foi do veneno. Que da época que trabalhava esperando ela, eu plantava fumo. E daí nós decidimos parar com tudo. Vendemos a parte do trator e sofremos. Foi uns 2 ou 3 anos ali que a gente padeceu mesmo, porque sair do convencional pra entrar na agroecologia, nos orgânicos ali sem nada, foi sofrido. Minha outra filha estudava fora, fazia curso técnico e o filho tinha ido pro seminário [...] tava só eu, o esposo e as duas pequenas em casa. Como a filha adoeceu e o marido acompanhava ela,*

> *eu ficava em casa. Era uma semana sim e uma não com ela pra Curitiba, daí ficava internada e voltava e ia de novo. Foi sofrido. E daí nós não lidava mais com veneno, então a nossa roça quase que terminou. Mas depois foi indo, e o filho voltou e ficou em casa. Hoje, graças a Deus, estamos bem! (*ESTREVISTADA 3, 2020).

Viver a agroecologia e vivenciar seus princípios no cotidiano exige esforço físico e força de trabalho. Percebe-se, na fala da Entrevistada 3 (2020), como é importante a presença da família para o trabalho e como é preciso se manter firme no propósito em fazer a agroecologia acontecer.

Produzir sem os maquinários e sem o uso de agrotóxicos é algo muito mais árduo e demorado, como relata a Entrevistada 5 (2020): "*aqui é tudo na enxada, na foice, a gente pega o trator no vizinho ali pertinho pra lavrar os pedacinhos, mas o resto é tudo manual. No mesmo pedaço que nós levamos uma semana carpindo, no outro projeto, em 10 minutos faz, com veneno".*

Além dos conceitos relacionados com a vida e o viver, a agroecologia também teu seu viés social e político. A Entrevistada 4 (2020) relata que *"[...] gosto da concepção que o movimento vem construindo de agroecologia, não só como uma ciência, mas como prática social vinculada à história da construção do campesinato no Brasil e também como uma luta política".*

Sendo um modo de vida que permeia as relações sociais, a agroecologia também é meio de trabalho e geração de renda. O processo de transição do modelo convencional para o agroecológico foi um fator que exigiu das mulheres muita sabedoria e persistência, pois o financeiro é um dos primeiros setores na família que mais sente essa mudança. Conforme a Entrevistada 5 (2020):

> *[...] há 15 anos atrás nós fazia 1.500 reais, e nossa: era um dinheirão! E as contas, elas continuavam, mas a gente não baixou a guarda. Esse é o nosso projeto, vamos meter a cara, der o que der. É a agroecologia que nós queria defender. [...] e hoje a gente está colhendo os frutos desse tempo, da persistência, de resistir, de se manter ali firme.*

Manter-se na agroecologia e trilhar seu caminho é contornar vários obstáculos, sempre vislumbrando benefícios, não só financeiros ou materiais, mas principalmente qualidade de vida. Em uma das conversas, o esposo de uma das entrevistadas fez uma importante reflexão sobre o modo de vida pautado nos alicerces agroecológicos e a vida na cidade. Conforme o Entrevistado 6 (2020):

> *[...] faz uns 3 anos que eu me aposentei e deu uma folga também, ajudou bastante. Na cidade, um salário mínimo não vale nada, mas aqui vale muito. Aqui você tem muita coisa, então vamos pegar e analisar hoje, qual o assalariado lá da cidade que ganha um ou dois salários mínimos e consegue ter um carneiro pra comer, ter uma carne de gado de ponta? Não consegue mais, na cidade tá difícil as coisas. A gente tem aqui, tem tudo isso, tem frango caipira, tem porco, tem feijão de qualidade, tem arroz, nossa, isso não tem o que pague.*

Compreender que as possibilidades que a agroecologia oferece vão muito além do valor atribuído aos produtos é algo que se percebe nas falas das mulheres do Assentamento Oito de Junho.

É um privilégio poder ter experiências agroecológicas tão pertinentes. Mesmo com a realidade e os resultados possibilitados pela agroecologia, muitas pessoas ainda preferem negar ou desconfiar, conforme relata a Entrevistada 2 (2020): *"Podemos não ter aquela produção, mas tem qualidade garantida. Pena que infelizmente pouca gente valoriza. Chegou num ponto de o pessoal não acreditar que era orgânico porque nós não aumentava os preços, como na cidade grande".*

No ciclo da vida, de permanente continuação, é que encontramos o desenvolvimento rural sustentável. "Busca-se com isso a existência harmônica entre economia e meio ambiente. Permite-se o desenvolvimento, mas de forma sustentável, planejada para que os recursos hoje existentes não se esgotem ou tornem-se inócuos". (FIORILLO, 2014, p.72).

Como um modo de desenvolvimento rural sustentável, a agroecologia se apresenta como uma forma de produção que se efetiva principalmente no campo, é executora da diversidade de alimentos que o campo produz, em especial, por intermédio das mulheres. No seu saber popular e experiência de vida, a Entrevistada 5 (2020) detalha com clareza e simplicidade o que entende por desenvolvimento rural sustentável.

> *Quando se produz tudo, gera uma corrente. Às vezes, eu descasco mandioca, aquela casca eu não jogo fora, vai pra galinha, vai pro porco. O pé do milho que eu tiro vai pros animais. Então, isso é sustentável, porque eu não vou buscar de fora pra manter isso daqui. Os frangos e as ovelhas, do esterco a gente faz composto e faz adubação. [...] Você está numa área rural, no campo, como que eu vou desenvolver esse espaço aqui? Bom, desenvolver é crescer, é melhorar esse espaço e associar com o sustentável, é aproveitar o esterco do frango, a palha do milho, a casca da mandioca. Não se perde nada, uma coisa ajuda a outra e isso ajuda a não poluir, a não jogar nos rios, não depende de comprar da cidade. Sai da terra, volta pra terra, vai pros animais. [...] Por exemplo, a casca da mandioca eu transformo em carne, banha, então, é autossustentável. Se você pegar ela hoje, descascar e jogar*

> *fora, está perdendo. O perder é se você está na cidade, descasca e coloca no lixo e não sabe pra onde vai.*

As mulheres têm uma percepção especial sobre o desenvolvimento rural sustentável, de que ele acontece por meio das ações do seu cotidiano. Tudo se aproveita, para tudo há uma finalidade que oferece novas possibilidades. "*Esses dias atrás colhi, uns pêssegos e fiz um doce. Aí falei: e essa casca? Fiz o pêssego em calda e com a casca fiz geleia"*. (ENTREVISTADA 5, 2020).

Quando se fala de promover o desenvolvimento rural sustentável, percebe-se que as mulheres têm consciência sobre o uso da terra. *"Viver em um modo de vida saudável é saber que essa terra aqui, nesse pedaço, ela não precisa gritar por socorro, porque ela está sendo bem cuidada"*. (ENTREVISTADA 2, 2020).

Permeado pelo saber popular que, no dia a dia, à sua maneira, faz acontecer o desenvolvimento rural sustentável, o saber científico também reflete sobre os princípios que norteiam o que se entende por desenvolvimento sustentável. Por isso, de acordo com Leff (2009, p. 83):

> Dos princípios da gestão e do manejo integrado de recursos emerge a possibilidade de construir uma economia mais equilibrada, justa e produtiva, uma economia baseada na diversidade biológica da natureza e na riqueza cultural da humanidade. Isso implicará a necessidade de legitimar os direitos e fortalecer politicamente as comunidades, dotando-as, ao mesmo tempo, de uma nova capacidade técnica, científica, administrativa e financeira para a autogestão de seus recursos produtivos e para tornar viável o manejo produtivo da biodiversidade, num projeto alternativo de desenvolvimento.

A partir do enunciado de Enrique Leff, percebe-se que a prática realizada pelas mulheres do Assentamento Oito de junho, sustentada nos pilares agroecológicos, visa a promoção do desenvolvimento rural sustentável em seus aspectos fundamentais. A relação das mulheres com a família, agricultura, meio ambiente natural, comunidade, cotidiano, cuidado e identidades é um encaixe de peças de um imenso quebra-cabeças da vida. Um complementa o outro e, juntos, formam um enlace de bem-estar, qualidade de vida, identificação e pertencimento.

Essas mulheres encontram na agroecologia um modo de vida que possibilita viver de maneira sustentável e saudável, palavras essas que assumem significados profundos e vivos que se expressam no seu cotidiano. Além disso, os saberes científicos e populares também se encontram na prática cotidiana das mulheres do

Assentamento Oito de Junho e ganham forma por meio do protagonismo de cada uma delas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o cotidiano e os modos de vida das mulheres camponesas nos remete à discussão da realidade em si de sujeitos que integram a sociedade e que resistem a vários artifícios impostos pelo capital. Para ilustrar, citamos o exemplo das lutas e resistências em seus cotidianos pelo cuidado com a vida e com a terra, o cuidado com a agroecologia e com o desenvolvimento rural sustentável.

O objetivo central desta pesquisa foi compreender os reflexos e os desafios dos modos de vida pautados na agroecologia e no desenvolvimento rural sustentável no cotidiano de vida das mulheres camponesas, além de perceber a constituição das identidades ao aproximar a terra e a vida.

Falar sobre esses modos de vida é falar do cotidiano, da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável, assim, chamamos vários(as) interlocutores(as) para nossa conversa. Entre elas, citamos Agnes Heller (2014), que nos auxiliou a entender que o cotidiano é parte da vida de cada indivíduo e que a vida propriamente dita acontece no cotidiano. Em outras palavras, Heller (2014) explica que não é possível nos distanciarmos da cotidianidade, que a vida cotidiana é inerente a todos os seres humanos e isso não depende da nossa posição social ou do trabalho que desempenhamos.

Nossas ações, das menores às maiores, fazem parte da nossa cotidianidade. Nesse mesmo aspecto, Guimarães (2002) enfatiza que atribuímos valores aos nossos atos no cotidiano de acordo com a relevância deles em nossa vida e a significação que possuem ou que lhe damos. Dessa maneira, podemos constatar que o cotidiano vai além do espaço doméstico, envolve todas as áreas da vida e, além do mais, é um conceito coletivo, porque acontece nas relações sociais e culturais. Assim, o que se passa todos os dias é mais do que apenas a repetição de tarefas ou costumes, é a materialização da existência, em que a história acontece e está em constante formação.

Nesse contexto, é possível perceber que, na construção das identidades e nas relações do cotidiano, buscamos segurança e pertencimento onde encontramos identificação. O que entendemos por isso é que, por intermédio da identificação com o meio em que vivemos e estamos inseridos, refletimos em nossas ações e hábitos, e, como consequência, produzimos e reproduzimos nossas identidades nos modos de vida.

É válido destacar que as identidades são processos construídos histórica e culturalmente, bem como destaca Andrioli (2016), ao afirmar que a cultura faz parte e condiciona a existência antes mesmo do nascimento do indivíduo. Nesse aspecto, a dualidade dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens fica perceptível e, no campo, isso se manifesta com os reflexos do patriarcado.

De maneira intrínseca, as mulheres tomam para si responsabilidades inerentes à casa e à família, pois, nesse ponto, encontra-se o pilar do cuidado. Mies e Shiva (1997) retratam essa perspectiva sob a ótica do cuidado ao relacionar que a vida no meio ambiente natural, e isso inclui os seres humanos, se mantém por meio da cooperação e atenção a si e ao próximo.

O impulsionar das mulheres ecoa como vozes que, por meio dos movimentos sociais, fazem fomentar as lutas e as discussões que envolvem as pautas de gênero, de violência, de natureza e de vida. São essas vozes que bradam em coro e que levantam a bandeira contra a destruição do meio ambiente, proporcionando reflexões sobre os ecofeminismos. Costa (2019) traz importantes contribuições e retoma a participação e o pioneirismo das mulheres nessa temática. Esse mesmo pioneirismo é percebido na história de vida das mulheres aqui entrevistadas em relação à participação nos movimentos sociais, principalmente no que se refere ao MST.

As mulheres camponesas são revestidas de coragem e resiliência, lutam pelo bem comum, têm um forte senso de pertencimento relativo à comunidade, bem como identificação com o meio em que vivem. É nesse cenário que os ecofeminismos encontram terreno e se enraízam, pois como define Puleo (2013), o ecofeminismo é plural porque está vinculado às experiências de vida. Gebara (1997) traz à luz da teoria a importante conexão das mulheres com a natureza, da ecologia com o feminismo e proporciona novas formas de pensar por meio dessa relação.

Desse modo, percebe-se que os pontos vão se encaixando, que há uma inter-relação entre as mulheres, o cotidiano, as identidades e os modos de vida que permitem visualizar a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável, acontecendo na prática.

É indissociável e inegável que, no cotidiano, na simplicidade, no fazer natural e leve das vivências, os saberes ganham forma e aparecem. Com a pesquisa, foi possível constatar que a sabedoria adquirida ao longo dos anos e os ensinamentos passados de geração a geração vão construindo referências e se tornando fonte de

conhecimento. Desse modo, os saberes populares que são um dos fundamentos da agroecologia, compõem a realidade de vida dessas mulheres.

O que constantemente se lê nos livros ganha forma ao vermos de perto como tudo acontece, as cores os sabores, o valor e a história apresentados pelas camponesas. Essa é uma das grandes contribuições desta pesquisa: aproximar-se do conceito e da práxis, aliando conhecimento científico e popular.

Residentes na mesma comunidade e companheiras de lutas desde o acampamento, cada uma das mulheres tem sua percepção, seu jeito de viver, seus gostos e compreensões. A identificação com o meio ambiente natural é muito forte e presente, sendo perceptível nos relatos o desconforto de se imaginar vivendo no meio urbano. O modo de vida camponês é parte constituinte da formação das identidades das mulheres do Assentamento Oito de Junho. O pertencimento ao campo e, principalmente, a incisiva relação com a produção são características marcantes em todas elas.

A força dessas mulheres, que já superaram várias adversidades em defesa de suas famílias, de suas casas, de seus sustentos e também do meio ambiente, mostra o quanto elas batalham para romper o véu da invisibilidade que, por muitas vezes, a globalização, o capitalismo e o patriarcado insistem em querer cobrir e atribuir a elas. Romper com preconceitos, estigmas sociais, padrões impostos pela sociedade urbana e outras diversas dificuldades, fez com que as mulheres do Assentamento Oito de Junho, por meio de muitas lutas e resiliência, conquistassem um espaço de reconhecimento na comunidade local e regional.

Altieri (2012) destacou a importância de os sistemas agroecológicos serem pautados na agricultura tradicional e nos saberes populares. Em vista disso, foi possível identificar, por meio desta pesquisa e das entrevistas, que as práticas agroecológicas proporcionam a permanência das famílias no campo, a valorização dos recursos naturais, o reconhecimento dos saberes populares e a autonomia das famílias enquanto pequenos agricultores por meio da comercialização das suas produções. Constatou-se, também, que a agricultura camponesa caminha de mãos dadas com a sustentabilidade, pois é menos intensiva do que a agricultura convencional, principalmente em relação à utilização de agroquímicos.

Nesse aspecto, é válido relacionar que as práticas de manejo agroecológico, de preservação e de restauração dos recursos naturais são bases para uma agricultura sustentável. Dessa forma, pode-se sugerir que a construção de uma

sociedade que tenha uma conduta de sincronia com a natureza, e não apenas de apropriação dos recursos naturais, é primordial para um desenvolvimento rural sustentável. Sendo assim, a agroecologia é um meio que reconcilia a agricultura camponesa e a sustentabilidade, pois, ao assentir com desenvolvimento rural sustentável, compreende-se a sua formação social, as práticas cotidianas e as conexões sociais e econômicas que se estabelecem. Há uma potencialidade transformadora na agroecologia!

Portanto, a instigação expressa inicialmente nesta pesquisa, de compreender os reflexos e os desafios da contribuição das mulheres camponesas para a agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável do Assentamento Oito de Junho, foi debatida. Tendo em vista que não há um conhecimento acabado ou resposta única e concreta para tais inquirições, finalizamos este trabalho propondo alguns questionamentos que se revelaram no processo e que nos amparam para dar continuidade à pesquisa. O primeiro questionamento esteve relacionado às futuras gerações dessas mulheres, principalmente às suas filhas e netas, sobre a continuação dos modos de vida camponês pautado na agroecologia que as mulheres aqui entrevistadas têm como direção. A segunda questão aponta para os desafios postos no cotidiano, bem como o “novo normal” que a sociedade como um todo está se adaptando em razão das demandas e imposições da pandemia de covid-19. De que formas as mulheres camponesas do Assentamento Oito de Junho foram, ou não, atingidas psicológica e financeiramente pela pandemia? Uma terceira indagação foi sobre o futuro da comunidade em relação à manutenção das bases agroecológicas e do desenvolvimento rural sustentável, tendo em vista o crescente aumento da presença de agroquímicos e incentivos à prática da agricultura convencional e produção em escala. E a quarta é: como modificar as situações de trabalho impostas às mulheres pelo sistema capitalista, patriarcal, racial, misógino e destruidor?

REFERÊNCIAS

ALENTAJANO, Paulo Roberto. Os impactos regionais nos assentamentos rurais no Brasil. In: **ANAIS DO ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS,** 13. João Pessoa: AGB, 2002.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** 3 ed. ver. ampl. --- São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, ASPTA 2012.

ALTIERI, Miguel. **Agroecología:** bases científicas para una agricultura sustentable**.** Montevídeu: Nordan-Comunidad, 1999.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5. Ed. – Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, Adilson Francelino. Conhecimentos convencionais e sustentáveis: uma visão de redes interconectadas. In: ALVES, Adilson Francelino; CARRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

ANDRADE, Helena. **Caderno de Formação.** Desenvolvimento rural sustentável: uma visão territorial. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, 2012.

ANDRIOLI, Liria Ângela; SOARES, Maria Arlita da Silveira. A utopia de um outro mundo possível nas relações humanas. In: ANDRADE, Elisabete; ANDRIOLI, Liria Ângela; FRANTZ, Walter (Orgs.). **Educação no contexto da globalização:** reflexões a partir de diferentes olhares. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013. 168 p. (Coleção educação popular e movimentos sociais).

ANDRIOLI, Liria Ângela. **Religiosidade e mística no movimento de mulheres agricultoras de Santo Cristo/RS**: um processo de constituição de identidades por meio da educação popular. TESE DE DOUTORADO. Unijuí: 2016.

ANDRIOLI, Liria Ângela; ANGELIN, Rosângela. A influência da religião na construção da identidade feminina e no movimento feminista e de mulheres. In: **Anais do Congresso Internacional das Faculdades EST**, São Leopoldo: EST,2012. Disponível em: http://anais.est.edu.br/index.php/congresso/article/viewFile/23/104. Acesso em 12.01.2020.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição de gênero. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 2014.

ASSIS, Renato Linhares de. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia aplicada**, vol.10 n.1 Ribeirão Preto. Jan./Mar. 2006. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/913/925 Acesso em: 24 abril 2021.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BELTRÁN, Elizabeth Peredo**.** Ecofeminismo. In: SOLÓN, Pablo (Org.). **Alternativas sistêmicas**. Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização. São Paulo: Elefante, 2019.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

CALDART, Roseli Salete. **Escolas do Campo e Agroecologia:** uma agenda de trabalhos com a vida e pela vida. 2016. Disponível em: https://www.unioeste.br/portal/arq/files/GEFHEMP/01_-_Escolas_do_Campo_e_Agroecologia.pdf. Acesso em: 02 jul. 2021.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio; PAULUS, Gervásio (Orgs.). **Agroecologia**: uma ciência do campo da complexidade. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2009. v.1.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. 1.ed. Brasília: MDA/SAF, 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. **"I Congresso Internacional sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2002. Disponível em: https://www.bibliotecaagptea.org.br/agricultura/agroecologia/artigos/POSSIBILIDADES%20E%20ALTERNATIVAS%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20RURAL%20SUSTENTAVEL.pdf. Acesso em: 20. Abril. 2021.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CASTRO, Raimundo Márcio Mota de. O sagrado, o que é? O entendimento de professoras de ensino religioso. In: WACHS, Manfredo Carlos et al (Org.). **Ensino religioso:** religiosidades e práticas educativas: VII Simpósio de Ensino Religioso da Faculdades EST e I Seminário Estadual de Ensino Religioso do CONER/RS. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2010.

CAVALCANTI, Clovis (org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CEZIMBRA, Elemar do Nascimento. **Desenvolvimento Socioambiental do Assentamento Oito de Junho**. Pato Branco: UTFPR, 2013.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Debatendo o conceito de reforma agrária: considerações sobre os tipos de assentamentos rurais no Brasil. Campo-território. **Revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 170-197, ago., 2013. Disponível em: file:///D:/Disserta%C3%A7%C3%A3o%202020/3%20CAPITULO/Reforma%20agraria/imprimir%20coca.pdf. Acesso em: 07. Abril. 2021.

COSTA, Maria da Graça. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. In: ROSENDO, Daniela (Org.). **Ecofeminismos**: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019.

CRUZ, Valter do Carmo. **Povos tradicionais.** Dicionário da educação no campo. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DALL'AGNOL, Darlei. Uma análise conceitual do 'cuidado' e suas implicações éticas. In: **Revista ethic@.** v. 9, n. 3, set. UFSC: 2010. Disponível em:https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2010v9n3p29. Acesso em: 02 jul.2021.

EISLER, Riane. **O prazer sagrado**: sexo, mito e a política do corpo. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

FABRICIO, Rosineide. **A questão agrária e soberania alimentar**: o caso do Assentamento 8 de Junho em Laranjeiras do Sul – PR. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, 2016.

FABRINI, João Edmilson. **Rede e localidade central**: o MST no Noroeste do Paraná. Geografia, Londrina, v.9, n. 2, p. 161 – 166, jul./dez. 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as reformas agrárias no Brasil**. Boletim DATALUTA** – Artigo do mês: dezembro de 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: CALDART, Roseli *et al*. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Vol. 1. Presidente Prudente, 2013.

FERNANDES, Maria José Costa. **Da luta pela terra à luta pela reforma agrária no Brasil**. Revista GeoInterações, Assú, R.N. vol.1, nº 1, p. 55-67, jan./jun. 2017. Disponível em: http://periodicos.uern.br/index.php/geointeracoes/article/view/2178/1196. Acesso em: 20 fev. 2019.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro.** 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

FÓRUM MPE. **Mapa Territórios do Oeste do Estado**. Disponível em: http://www.mpeparanaense.pr.gov.br/FOPEME/Pagina/Territorios-do-Oeste-do-Estado. Acesso em: 01.08.2021.

FRANCO, M.E.D.P. ; GENTIL, Heloisa Salles. Identidade do Professor de Ensino Superior: questões no entrecruzar de caminhos. In: FRANCO, M.E.D.P. e KRAHE E. D.(orgs.) **Pedagogia Universitária e Áreas de Conhecimento.** Porto Alegre: Série RIES/PRONEX EdiPucrs, vol.1, 2007.

GEBARA, Ivone**. Vulnerabilidade, Justiça e Feminismos**. Antologia de textos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2010.

GEBARA, Ivone. **Rompendo o Silêncio: uma fenomenologia feminista do mal.** Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. São Paulo: Editora Olho d'Água. 1997.

GERARDI, Lucia H. O; SALAMONI, Giancarla. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: CARVALHO, Horacio Martins de (Org). **Chayanov e o campesinato**. – 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014.

GERHARDT, Milton César. **Resistência e organização:** a potencialidade do sujeito coletivo. Cruz Alta: Ilustração, 2020.

GIERUS, Renate**. "Além das grandes águas**": mulheres alemãs imigrantes que vêm ao sul do Brasil a partir de 1850. Uma proposta teórico-metodológica de historiografia feminista a partir de jornais e cartas. Tese de Doutorado: EST, São Leopoldo –RS, 2006.

GLIESSMAN, S.R. **Agroecologia:** processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Universidade – Editora da UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Gloria. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio**. Os novos desafios da agricultura camponesa.** 2.ed. Porto Alegre: Via Campesina, 2004.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91

GUIMARÃES, Gleny Terezinha Duro. **Aspectos da teoria do cotidiano**: Agnes

Heller em perspectiva. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

GUHUR, Dominique Michèle Perioto; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli *et al* (Orgs.). **Dicionário da educação no campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HADICH, Ceres Luisa Antunes; BASTIANI, Tânia Mara De. As mulheres assentadas e a construção da agroecologia no Oeste catarinense. In: MARQUES, Siomara Aparecida *et al.* (Orgs.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017.

HALL, Stuart. "Quem precisa de identidade?" In: Silva, Tomaz Tadeu da [Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.
HOLLAND-CUNZ, Barbara. **Ecofeminismos**. Trad. Arturo Parada. Título original: "Soziales Subjekt Natur. Natur – und Geschlechterverhältnis in emanzipatorishen politischen Theorien". Madrid: Cátedra S.A, 1996 (Ediciones Cátedra, Universitat de Valência, Instituto de la Mujer).

KUPER, Adam. **Cultura: a visão dos antropólogos**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis RJ: Vozes, 2001.

LEFF, Henrique. **Ecologia, capital e cultura, a territorialização da racionalidade ambiental**. Trad. Jorge E. Silva. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. **Agroecologia e saber ambiental**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.1, p. 36-51, jan.-mar.2002.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da Agroecologia**. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. 1. Ed. – São Paulo. Editora Expressão Popular. 2014.

MADERS, Angelita Maria; ANGELIN, Rosângela. A construção da equidade nas relações de gênero e o movimento feminista no Brasil: avanços e desafios. **Cadernos de Direito**, Piracicaba, v. 10(19): 91-115, jul.-dez. 2010.

MARQUES, Siomara Aparecida. Feminismo(s) e o conceito de gênero: algumas contribuições teóricas para os debates nos movimentos sociais de mulheres camponesas. In: MARQUES, Siomara Aparecida *et al* (Orgs.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017. 198p.

MARTINS, Sergio Roberto. **Desenvolvimento Sustentável:** desenvolvendo a sustentabilidade. Texto base para os Núcleos de Educação Ambiental da Agenda 21

de Pelotas: “Formação de coordenadores e multiplicadores sócio-ambientais”. 2004. ENS/UFSC.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.
MENEGAS, Cassiê Refosco Kaczuk. **FOTOS DAS ENTREVISTAS E RETRATOS DO COTIDIANO.** Laranjeiras do Sul, 2020.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**: teoria, crítica y perspectivas. 1997.
MINAYO, Cecília de Souza (Org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1988.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. c2021. Disponível em: https://mst.org.br/. Acesso em: 20. maio. 2021.

NARVAES, Andrea Becker, *et. al***.** IDENTIDADE E CULTURA CAMPONESA: Resistência em construção. In: PALUDO, Conceição. THIES, Vanderlei Frank (Orgs.). **Desenvolvimento do campo em construção.** – Ijuí: Ed. Unijuí; Ronda Alta: Fundep, 2008.

NEVES, Jose Luis. **Caderno de pesquisas em Administração**. São Paulo, v.1, n. 3, 2° sem./1996.

PEREIRA, Mônica Cox de Brito. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli *et al* (Orgs.). **Dicionário da educação no campo**. 2.ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PULEO, Alícia H. **Ecofeminismo: para outro mundo posible.** Segunda Edición. Valência (Espanha): Ediciónes Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer, 2013.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente.** Curitiba, PR: Editora UFPR, n.10, 2004.

RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. AGROECOLOGIA E SUA MATERIALIDADE NA VIDA DAS MULHERES CAMPONESAS. In: PULGA, Vanderléia Laodete; *et al.* (Orgs.) **Mulheres camponesas:** semeando agroecologia, colhendo saúde e autonomia. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2018.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma agrária e distribuição de renda. In: STÉDILE, Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente:** um discurso sobre as ciências revisitado. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia:** transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

SOF - SEMPREVIVA ORGANIZAÇÕES FEMINISTA. "Rio Grande do Sul". *In*: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam; COSTA, Laís Sales [Coord.]. **Formação com mulheres rurais** – estratégias para efetivação de políticas públicas de gênero no campo. São Paulo: SOF, 2006.

SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, vol. 16, nº 1, 2014.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, coedição Fundação Perseu Abramo, 2012.176p.

STOMPKA, Piotr. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

STRÖHER, Marga J. **Por uma episteme de amizades e sabedorias - filias e sofias.** Olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. In: NEUNFELDT, Elaine; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara [Orgs.]. **Epistemologia, violência e sexualidade:** olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal-EST, 2008.

ULRICH, Claudete Beise. **Recuperando espaços de emancipação na história de vida de ex-alunas de escola comunitária luterana**. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

WARREN, Karen. **Feminism and Ecology:** Making Connections. Environmental Ethis. Spring 1987, v. 9, n.1.

WARREN, Ilse Scherer. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília. v. 21. n. 1. p. 109-130, jan./abr.2006.

WARREN, Ilse Scherer. **Redes emancipatórias**: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos**.** Curitiba: Appris, 2012.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In Velho, Octávio Guilherme (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, p. 89 a 113, 1967.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **A luta pela terra e as estratégias para concretização do assentamento rural coletivo Santa Maria**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia. 2012.

ZENERATTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e recriação camponesa**: contribuições e limites dos modelos de cooperativismo empresarialista e camponês na mesorregião norte central paranaense. Londrina, 2018.

APÊNDICE A — PERGUNTAS ORIENTADORAS DAS ENTREVISTAS

I. VIDA NO CAMPO: COTIDIANO, MODOS DE VIDA E IDENTIDADES FEMININAS

1. Como funciona uma família de camponeses? Como é a divisão de trabalho na família; quantas horas por dia você trabalha na agricultura; o que é produzido no Assentamento? Qual é o papel da mulher na produção familiar? A mulher tem participação nas decisões da lavoura (plantio, uso de venenos, etc.)? A família tem empregados? Quantos? Para quê? Você tem tempo livre? Quantas vezes por semana, por ano?
2. O que significa ser uma mulher camponesa em nossa região? Fale um pouco sobre o seu dia a dia.
3. O que você entende por cotidiano?
4. Você acha que tem preconceito contra a camponesa? Quais? Suas filhas gostariam de continuar vivendo na agricultura ou saem de casa? Onde geralmente vão?

II. DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: UM OLHAR A PARTIR DA AGROECOLOGIA E DO ECOFEMINISMOS

5. O que você entende por agroecologia?
6. Qual é a influência da agroecologia na sua vida?
7. O que significa desenvolvimento rural sustentável?
8. Os produtos produzidos no Assentamento são certificados?
9. Você já ouviu falar em ecofeminismos?

III. HISTÓRIA DAS MULHERES E MOVIMENTOS SOCIAIS

10. Desde quando você participa do MST? O que significa para você participar do Movimento? Você lembra quando começou o movimento em Laranjeiras do

Sul? Sua vida modificou depois que começou a participar do Movimento?

11. Havia homens que auxiliaram no início dessa organização? Os homens estão juntos hoje?
12. Como a sua família interpreta a participação no Movimento? Há apoio? Quem faz o trabalho de casa quando você está nos encontros?
13. As mulheres se reúnem? Sobre quais temas vocês falam ou o que acontece nos encontros?
14. Como é a organização do grupo de agroecologia e da Cooperjunho?
15. Vocês acessam políticas públicas?
16. A mística é importante nos encontros?
17. Vocês conversam/discutem sobre emancipação das mulheres e direitos?

IV. O QUE MAIS VOCÊ GOSTARIA DE DIZER?

APÊNDICE B — TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada/o:

Estamos desenvolvendo uma pesquisa cujo título é “Mulheres camponesas, agroecologia e cotidiano: um estudo de caso do Assentamento Oito de Junho de Laranjeiras do Sul/PR sob o aspecto do desenvolvimento rural sustentável”. Este trabalho é fruto de estudos do Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul – PR e tem como objetivos Compreender e identificar a importância e o reflexo do cotidiano das mulheres do Assentamento 8 de Junho de Laranjeiras do Sul – PR na Agroecologia e na expressão da identidade camponesa; estabelecer relações entre o cotidiano das mulheres do Assentamento 8 de Junho com as questões agroecológicas e o desenvolvimento rural sustentável da região; conhecer as características e expressões da identidade camponesa das mulheres do Assentamento 8 de Junho; compreender as relações entre a identidade e pertencimento das mulheres camponesas do Assentamento 8 de Junho e relacionar o cotidiano e a identidade das mulheres camponesas do Assentamento 8 de Junho de Laranjeiras do Sul – PR com as práticas de Agroecologia e desenvolvimento sustentável.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa cujo o instrumento de coleta de dados será a entrevista com as mulheres do Assentamento 8 de Junho de Laranjeiras do Sul – PR, onde essa entrevista será semiestruturada e permitirá direcionar as perguntas conforme cada caso, com mais liberdade e permitindo uma aproximação maior da realidade vivida e contada pelas mulheres. Também será utilizado o método história de vida.

Será assegurado seu anonimato, podendo você ter acesso a entrevista e realizar qualquer modificação no seu conteúdo, se julgar necessário. Você tem liberdade para recusar-se a participar da pesquisa, ou desistir dela a qualquer momento sem que haja constrangimento, podendo solicitar que suas informações sejam desconsideradas no estudo. Mesmo participando do estudo poderá recusar-se a responder as perguntas ou a quaisquer outros procedimentos que ocasionem

constrangimento de qualquer natureza.

A pesquisa será realizada sob a responsabilidade da mestranda Cassiê Kaczuk Refosco Menegas. A mestranda estará a disposição para contato a qualquer momento em caso de dúvidas, esclarecimentos, desistência ou reclamação. A pesquisa conta com a orientação da Profª Drª Líria Ângela Andrioli.

Frente ao acima exposto, considerando-me devidamente esclarecida sobre a pesquisa, eu _____, autorizo a mestranda Cassiê Kaczuk Refosco Menegas a utilizar, divulgar e publicar, para fins científicos e culturais, meus depoimentos, no todo ou em parte, editado ou não, nos termos acima firmados, ciente de que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações ou modificar minha decisão, caso assim o desejar.

Laranjeiras do Sul- PR, 11 de Dezembro de 2020

_____

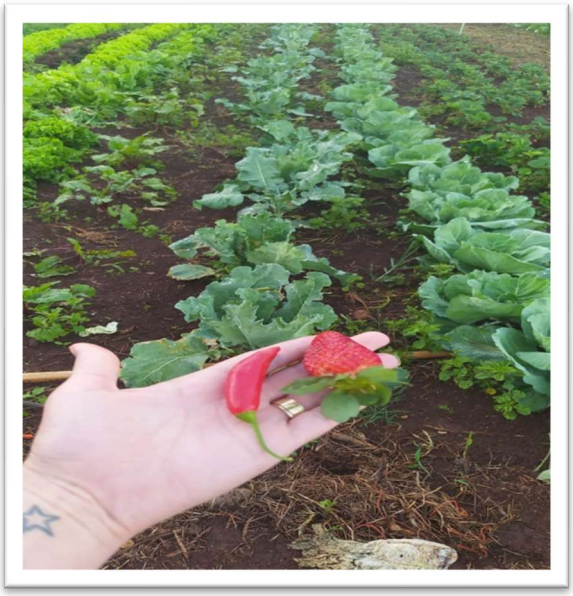
Cassiê Kaczuk Refosco Menegas
Mestranda

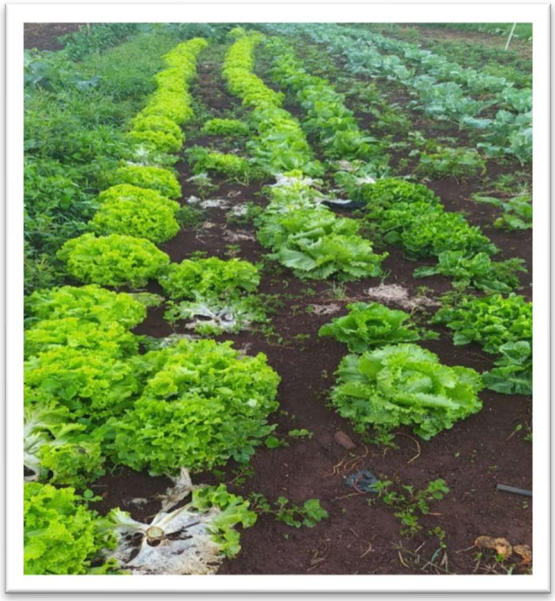
_____

Assinatura da Depoente

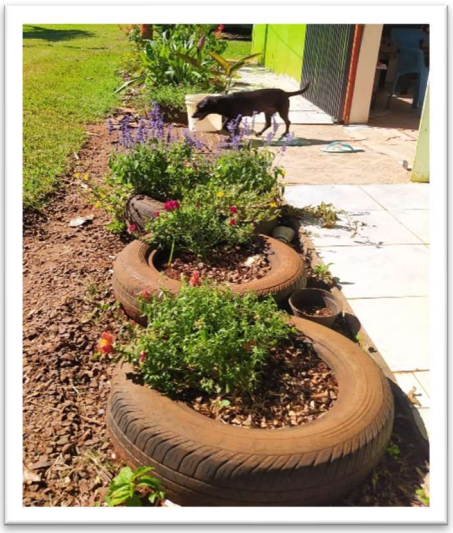
APÊNDICE C — FOTOS DAS ENTREVISTAS E RETRATOS DO COTIDIANO

Fonte: MENEGAS, 2020.

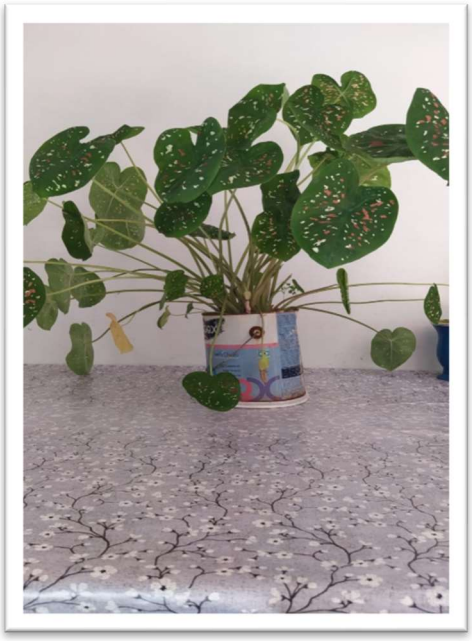




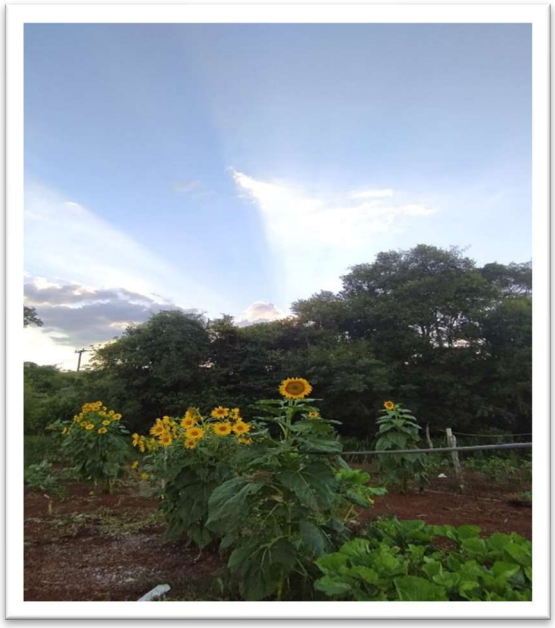
Fonte: MENEGAS, 2020.



Fonte: MENEGAS, 2020.



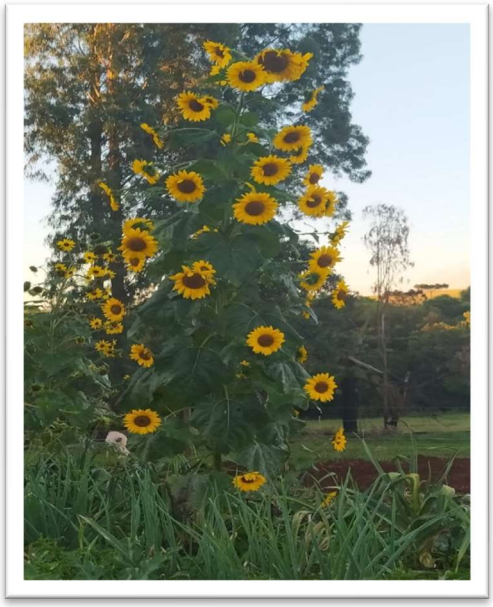
Fonte: MENEGAS, 2020.



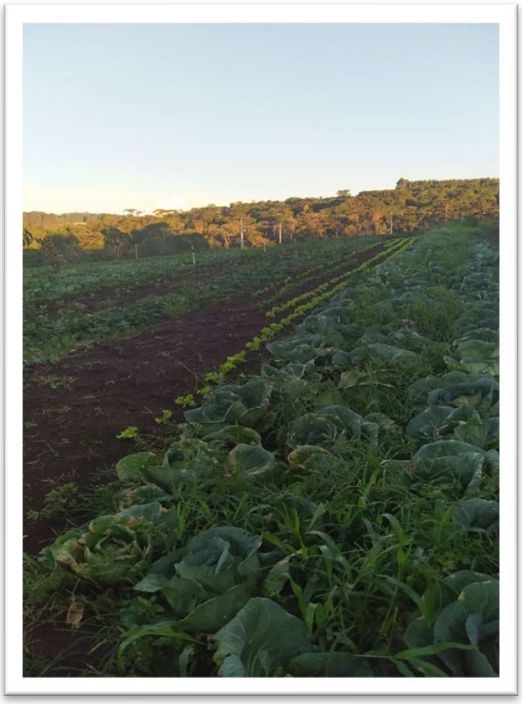
Fonte: MENEGAS, 2020.

Fonte: MENEGAS, 2020.

Fonte: MENEGAS, 2020.



Fonte: MENEGAS, 2020.



Fonte: MENEGAS, 2020.